



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 5718/2013 Projeto de Lei: 266/2013

Data e Hora: 04/06/2013 11:16:53

Procedência: Luiz Paulo

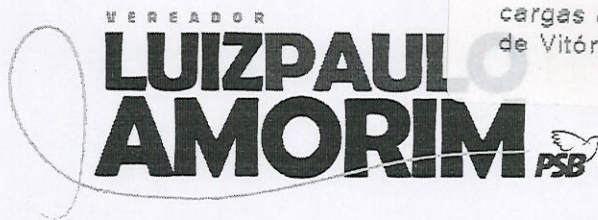
Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado motofrete no âmbito do Município de Vitória e dá outras providências.

17

AVULSO ESCANEADO

VETO TOTAL

Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado motofrete no âmbito do Município de Vitória e dá outras providências.



Nº Interno : 07/2013

PROJETO DE LEI Nº ____/2013

**REGULAMENTA A ATIVIDADE DE
TRANSPORTE DE PEQUENAS CARGAS
DENOMINADO MOTOFRETE NO
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º- O serviço de entrega e coleta de pequenas cargas por meio de motocicletas nos Municípios do Estado do Espírito Santo, denominado motofrete e motoboy, a que se refere o artigo 1º da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização das Prefeituras, nos termos da presente lei.

Art. 2º- O serviço poderá ser prestado por condutor autônomo, ou por pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, associação ou cooperativa, que explore esse serviço, por meio de frota própria ou de terceiros, desde que tenha licença para operação do serviço e conte com condutores devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal de Vitória.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º- Para os efeitos desta lei, denomina-se:

I - autorização - ato pelo qual a Secretaria Municipal de Transportes autorizará a terceiros a execução do serviço de entrega e coleta de pequenas cargas em motocicletas, nos termos e condições estabelecidos nesta lei;

II - condutor - motociclista inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

III - pessoa jurídica - sociedade empresária, associação ou cooperativa;

IV - termo de credenciamento - documento expedido para a sociedade empresária, associação ou cooperativa, que autorize a exploração do serviço de motofrete e motoboy após cumprimento das exigências e condições estabelecidas nesta lei;

AVULSO ESCANEADO

14

V - condumoto - documento concedido ao condutor inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

VI - licença para operação de serviço - documento expedido em relação às motocicletas utilizadas por condutores autônomos ou pelas pessoas jurídicas após aprovação em vistoria e cumprimento das demais exigências desta lei;

VII - motofrete - modalidade de transporte remunerado de pequenas cargas ou volumes em motocicleta, com equipamento adequado para acondicionamento de carga, nela instalado para esse fim;

VIII - baú - equipamento para transporte de pequenos volumes, com tampa convexa no lado superior e fixado por suportes metálicos na posição traseira da motocicleta;

IX - colete - colete de proteção aprovado segundo padrões definidos na resolução 356 do CONTRAN, contendo elementos de identificação do condutor ou da empresa;

X - capacete de segurança - capacete automotivo certificado pelo INMETRO.

DO CREDENCIAMENTO DA PESSOA JURÍDICA

Art. 4º À pessoa jurídica que explorar o serviço de motofrete, motoboy ou àquela que se utilizar com motocicleta própria do mesmo serviço será outorgado Termo de Credenciamento, observados os seguintes requisitos:

I - dispor de sede ou filial no Estado do Espírito Santo;

II - estar inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM;

III - estar inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

IV - apresentar contrato social ou ato constitutivo e última alteração, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo;

V - apresentar certidões comprobatórias de regularidade com a Fazenda Federal, expedidas pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como de regularidade com a Fazenda do Município onde tiver sede ou filial, relativamente aos tributos mobiliários e imobiliários, expedidas pelos órgãos competentes da Prefeitura, apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas; apresentar certidão de quitação da contribuição sindical emitida pelo Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Estado do Espírito Santo.

VI - apresentar certidões comprobatórias de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

A

VII - apresentar certidão negativa de protestos dos últimos 5 (cinco) anos;

VIII- apresentar documentos que comprove fornecimentos dos equipamentos de proteção do motoboy, capacete, capa de chuva, colete e antena corta pipa, protetor de pernas e motor, bota apropriada para calor e chuva.

Art. 5º O Termo de Credenciamento deverá ser renovado a cada 2 (dois) anos, mediante a apresentação de documentação comprobatória do atendimento dos requisitos estipulados no art. 4º desta lei e outros que poderão ser definidos pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 6º O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado, a qualquer tempo, em razão de interesse público, mediante processo administrativo, sem que disso decorra qualquer direito a indenização.

Art. 7º A pessoa jurídica deverá apresentar, trimestralmente, por meio eletrônico, relação de todos os condutores em operação, bem como fornecer outras informações pertinentes à atividade que lhe sejam solicitadas.

Parágrafo único. Sob pena de descredenciamento, deverão ser comunicados à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da ocorrência, os afastamentos e os óbitos dos condutores, decorrentes de acidentes.

DO CADASTRO DO CONDUTOR

Art. 8º Para operar o serviço de motofrete e motoboy, os condutores deverão estar inscritos no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO da Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 9. Para a inscrição no Cadastro, os condutores deverão apresentar os seguintes documentos:

I – Carteira Nacional de Habilitação, categoria A, válida e expedida há pelo menos 2 (dois) anos;

II - prontuário de condutor expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com extrato de pontuação por infrações de trânsito, anotada em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro;

III - certidão de antecedentes criminais;

IV - certificado de conclusão de Curso Especializado de MotoFretista, fornecido por escolas ou entidades reconhecidas pelo DETRAN.

§ 1º O Curso Especial de Treinamento e Orientação destina-se a propiciar aos condutores o perfeito atendimento e observância das normas de trânsito e das obrigações a que se refere a Lei 12.009/2009, incluindo conhecimentos julgados convenientes para sua formação profissional.

§ 2º Será negada a inscrição no Cadastro do condutor que tiver ultrapassado 20 (vinte) pontos no prontuário apresentado em atendimento ao inciso II do "caput" deste artigo, até que sejam excluídos pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

§ 3º Será negada a inscrição no Cadastro se constar dos documentos referidos no inciso III do "caput" deste artigo mandado de prisão expedido contra o interessado.

§ 4º Poderá ser concedido o CONDUMOTO provisório, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, renovável até decisão final, se constar dos documentos previstos no inciso III do "caput" deste artigo processo criminal em andamento.

Art 10. O CONDUMOTO terá validade de 4 (quatro) anos ou até o término do prazo de vigência da Carteira Nacional de Habilitação, caso esse venha a ocorrer antes, devendo ser renovado em, no máximo, 30 (trinta) dias, após seu vencimento, sob pena de cancelamento.

Parágrafo único. Para a renovação do CONDUMOTO deverão ser atendidos todos os requisitos exigidos para sua concessão, previstos no art. 9º desta lei.

DA MOTOCICLETA

Art 12. A motocicleta a ser utilizada no serviço remunerado de motofrete e motoboy deverá ser submetida à prévia aprovação da Secretaria Municipal de Transportes e atender aos seguintes requisitos:

- I - ser original de fábrica;
- II - ter no máximo 8 (oito) anos, excluído o ano de fabricação;
- III - ter cilindrada mínima de 120 c.c.;
- IV - estar identificada nos termos do art. 117 do Código de Trânsito Brasileiro;
- V - possuir os equipamentos obrigatórios aplicáveis à modalidade motofrete definidos no Código de Trânsito Brasileiro;
- VI - ser licenciada como veículo de categoria aluguel destinado ao transporte de carga;
- VII - ser aprovada em vistoria anual, realizada pelo INMETRO ou por empresas por ela credenciadas para esse fim;

✱

VIII - ser dotada de compartimento fechado, tipo baú, ou outro equipamento específico para transporte de carga, na forma estabelecida em regulamentação pertinente expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito ;

IX - ter equipamento de segurança (tipo antena) para proteção da integridade do condutor contra linhas de cerol, fios e cabos aéreos;

X - ter equipamento de segurança para proteção de membros inferiores ("mata cachorro");

XI - possuir fixação superior e inferior na placa de identificação da motocicleta.

DA LICENÇA PARA OPERAÇÃO DA MOTOCICLETA

Art. 13. A pessoa jurídica credenciada deverá requerer à Secretaria Municipal de Transportes a expedição de licença, que poderá ser vinculada a mais de um condutor, para cada motocicleta de sua frota.

Parágrafo único. A licença será concedida em nome da pessoa jurídica credenciada, em caráter intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

Art. 14. Para obter a licença de operação a pessoa jurídica credenciada deverá apresentar apólice de seguro de vida invalidez, em favor do condutor, com coberturas não inferiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 15. Ao condutor autônomo, devidamente inscrito no Cadastro Municipal de Condutores, será concedida apenas uma licença, desde que cumpridas as seguintes exigências:

I - apresentar motocicleta;

II - estar em situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

III - apresentar apólice de seguro de vida no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo único. A licença será concedida em nome do condutor autônomo cadastrado, em caráter intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

Art. 16. A renovação da licença para operação da motocicleta deverá ser solicitada anualmente, em época determinada pela Secretaria Municipal de Transportes, e só será concedida mediante aprovação em vistoria.

A

Art. 17. A motocicleta registrada na licença de operação poderá ser substituída, desde que aprovada em vistoria específica.

Art. 18. Não será expedida a licença para operação do serviço se houver, em nome do interessado, débito tributário relativo à atividade ou em nome do veículo débitos de IPVA e Licenciamento, até que se comprove o pagamento dos débitos correspondentes.

Art. 19. Quando afastado do serviço por inatividade atestada em documento hábil, o condutor autônomo poderá registrar preposto devidamente inscrito no CONDUMOTO, pelo tempo que perdurar a incapacidade.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS E DOS CONDUTORES CADASTRADOS

Art. 20. As empresas credenciadas e os condutores cadastrados deverão respeitar as disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, especialmente:

- I - cumprir o disposto no Código de Trânsito Brasileiro;
- II - transportar carga somente em condições e limites de quantidade, peso e dimensões aprovados em legislação pertinente;
- III - conduzir a motocicleta com os equipamentos de segurança e dispositivo de controle aprovados e exigidos em legislação específica;
- IV - portar os documentos originais válidos que autorizem o serviço;
- V - agir com respeito e urbanidade nas relações interpessoais da atividade;
- VI - comparecer às convocações feitas pela Administração Pública, bem como aos cursos de orientação exigidos;
- VII - estacionar a motocicleta sempre em local adequado e permitido;
- VIII - manter a motocicleta em boas condições de tráfego;
- IX - fornecer à Secretaria Municipal de Transportes todas as informações que forem solicitadas sobre as atividades exercidas;
- X - comunicar à Secretaria Municipal de Transportes quaisquer alterações contratuais, do estatuto, de endereço;
- XI - atender a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- XII - utilizar capacete e colete com identificação do condutor ou da empresa;

A

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 21. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei, bem como dos demais dispositivos normativos expedidos para sua regulamentação, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

- I - multa;
- II - suspensão do Termo de Credenciamento;
- III - suspensão da Inscrição no Cadastro de Condutores;
- IV - suspensão da Licença para Operação do Serviço;
- V - cassação do Termo de Credenciamento;
- VI - cassação na Inscrição no Cadastro de Condutores;
- VII - cassação da Licença para Operação do Serviço.

Art. 22. Às pessoas jurídicas credenciadas e aos condutores do serviço de motofrete e motoboy serão aplicadas penalidades em razão das informações classificadas nos Grupos A, B, C e D, conforme segue:

I - infrações do Grupo A:

- a) não se trajar adequadamente;
- b) não tratar o público com polidez e urbanidade;
- c) não apresentar na motocicleta e no colete os elementos de identificação ou orientação exigidos pela Secretaria Municipal de Transportes;
- d) deixar de comunicar à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo de 30 (trinta) dias, a alteração de endereço da sede social da pessoa jurídica credenciada ou de residência do condutor cadastrado ou fornecê-lo erroneamente;
- e) conduzir a motocicleta sem um ou mais equipamentos de segurança e/ou dispositivo de controle, exigidos em legislação específica ou em regulamentação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;
- f) deixar de atender a convocação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;
- g) transportar passageiro;

II - infrações do Grupo B:

A

- a) utilizar, no serviço, motocicleta com equipamentos que não sejam aprovados pela Secretaria Municipal de Transportes;
- b) conduzir a motocicleta com a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou com a Licença para Operação do Serviço vencidas;
- c) utilizar a motocicleta para fins não autorizados;
- d) recusar-se a exibir à fiscalização os documentos que forem exigidos ou evadir-se quando por ela abordado;
- e) transitar sem a Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;
- f) transitar sem Licença para Operação do Serviço;
- g) transitar com intimação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes com prazo vencido;

III - infrações do Grupo C:

- a) permitir que condutor não registrado como preposto conduza a motocicleta;
- b) transitar com a motocicleta em más condições de segurança;
- c) ostentar qualquer tipo de propaganda não autorizada pela Prefeitura;
- d) alterar, danificar ou rasurar documento ou informação entregue à Prefeitura;

IV - infrações do Grupo D:

- a) efetuar transporte remunerado sem que a motocicleta esteja devidamente autorizada para esse fim;

Art. 23. As penalidades de natureza pecuniária e as demais previstas nesta lei são aplicáveis aos serviços de motofrete e motoboy.

Art. 24. A penalidade de suspensão do Termo de Credenciamento, da Licença para Operação do Serviço ou da Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO acarretará a retenção do respectivo documento durante o prazo de sua duração.

Art. 25. A aplicação das penalidades será procedida pela fiscalização, exercida por servidores devidamente credenciados pelo Diretor do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes, cabendo ao Secretário Municipal de Transportes ou à comissão especialmente designada para esse fim decidir em grau de recurso.

A

§ 1º Os recursos deverão ser oferecidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação feita diretamente ao infrator, ou por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada para o infrator no endereço informado no cadastro municipal..

§ 2º A Secretaria Municipal de Transportes poderá criar mais de uma comissão para decidir em grau de recurso, composta, cada uma, por 3 (três) membros na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

Art 26. Além das penalidades previstas na legislação específica vigente e nesta lei, fica instituído o Prontuário de Avaliação de Desempenho do Condutor, no qual serão anotadas e receberão a pontuação correspondente às infrações cometidas pelos operadores ou condutores de motofrete.

§ 1º A pontuação será atribuída a toda infração de acordo com os grupos em que estão classificadas.

§ 2º A pontuação será cumulativa e os pontos atribuídos a cada infração cometida prescreverão nos seguintes prazos:

I - infração do Grupo A e do Grupo B: 1 (um) ano;

II - infração do Grupo C: 2 (dois) anos;

III - infração do Grupo D: 3 (três) anos.

§ 3º O condutor, ao atingir os limites de 50 (cinquenta) e de 100 (cem) pontos, será submetido à Comissão de Avaliação de Desempenho do Condutor, composta por 3 (três) membros, na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

§ 4º Atingido o limite de 50 (cinquenta) pontos, a Comissão analisará o histórico das infrações do condutor e proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada, a pena de advertência ou suspensão de 5 (cinco) dias.

§ 5º Atingido o limite de 100 (cem) pontos, o documento de autorização da atividade ou de cadastramento do veículo respectivo será suspenso preventivamente, por 15 (quinze) dias,

A

e a Comissão, analisando o histórico das infrações, proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada:

I - a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, prazo do qual deverá ser descontado o período de suspensão preventiva; ou

II - a cassação da Licença de Operação de Serviço, da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou do Termo de Credenciamento, conforme o caso.

Art. 27. A prática das infrações arroladas no art. 22 acarretará a imposição das penalidades previstas no art. 21, ambos desta lei, na forma a seguir especificada:

I - Grupo A: multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais); na reincidência, multa em dobro e anotação de 5 (cinco) pontos no prontuário do condutor;

II - Grupo B: multa no valor de R\$ 20,00 (vintes reais) e anotação de 5 (cinco) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 5 (dias) e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor;

III - Grupo C: multa no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 20 (vinte) dias e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor;

IV - Grupo D: multa no valor de R\$ 90,00 (noventa reais) e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 40 (quarenta) dias e anotação de 40 (quarenta) pontos no prontuário do condutor.

Art. 28. As infrações aos dispositivos desta lei não enquadradas expressamente nos Grupos estabelecidos no art. 22 serão classificadas no Grupo A.

Art. 29. A Prefeitura poderá cassar a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO, a Licença para Operação do Serviço e o Termo de Credenciamento, sem indenização ao permissionário, em especial quando:

I - executar o serviço de motofrete durante o prazo de duração da pena de suspensão;

II - utilizar o veículo para prática de crime;

III - for comprovado que o condutor dirigia em estado de embriaguez alcoólica ou sob o efeito de substância tóxica após 2 (duas) suspensões pelo mesmo motivo.

Parágrafo único. A cassação prevista neste artigo será tratada em processo administrativo especialmente autuado para este fim, assegurado o amplo direito de defesa ao infrator, que deverá ser notificado pessoalmente ou por publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 30. Independentemente da imposição das penalidades previstas nesta lei, a Prefeitura poderá reter, remover e apreender motocicletas, com vistas ao cumprimento das disposições contidas na Lei nº 12.009/2009 e demais atos expedidos para sua regulamentação.

A

§ 1º O preço da operação de remoção de veículos prevista neste artigo será o constante da Tabela integrante na tabela do DETRAN/ES.

§ 2º Decorridos 90 (noventa) dias da apreensão, as motocicletas não liberadas poderão ser leiloadas em conformidade com o estabelecido na legislação vigente aplicada à espécie.

Art. 31. A remoção da motocicleta dar-se-á quando de seu abandono na via pública para impossibilitar a ação da fiscalização.

Art. 32. A retenção do veículo dar-se-á quando:

I - o condutor deixar de portar ou exibir à autoridade competente ou a seus agentes os documentos exigidos pela lei que disciplina o serviço e demais atos expedidos para sua regulamentação;

II - a motocicleta transitar:

- a) produzindo fumaça inadequada;
- b) com defeito ou inexistência de qualquer dos equipamentos obrigatórios;
- c) com deficiência de freios;
- d) usando combustível não autorizado.

Art. 33. A apreensão da motocicleta dar-se-á quando:

I - ordenada judicialmente;

II - o condutor:

- a) for encontrado em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza;
- b) não estiver devidamente autorizado a operar o serviço de motofrete;

III - a motocicleta:

- a) transitar sem nova vistoria, depois de reparo em consequência de acidente grave ou má conservação;
- b) transitar em mau estado de conservação e segurança;
- c) tiver característica alterada sem a competente autorização;
- d) tiver a placa de identificação falsificada.

Art. 34. A responsabilidade pelo pagamento das multas impostas ou pelos preços da remoção e estadia das motocicletas apreendidas caberá às pessoas jurídicas credenciadas ou aos condutores cadastrados, conforme o caso.

Art. 35. Aos condutores de motofrete não cadastrados na Secretaria Municipal de Transportes é vedada a captação de serviço no Município de Vitória, sendo permitida apenas a entrega de malotes ou pequenas cargas originárias de outros municípios ou quando as pessoas jurídicas estejam cadastrados em outros Municípios integrantes do Estado do Espírito Santo.

Art. 36. A Secretaria Municipal de Transportes exercerá a fiscalização e procederá a vistorias ou diligências com vistas ao cumprimento das disposições desta lei.

Art. 37. A fim de cuidar de assuntos relacionados com o serviço definido nesta lei, a pessoa jurídica deverá indicar representante devidamente credenciado na Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 38. Poderão ser firmados convênios com órgãos de trânsito da União, Estado e Municípios visando o aprimoramento da fiscalização do serviço de que trata esta lei.

Art. 39. Qualquer documento cuja expedição seja requerida para os fins tratados nesta lei será arquivado ou cancelado sempre que o interessado não o retirar em 30 (trinta) dias, contados da data do deferimento.

Parágrafo único. Decorridos 30 (trinta) dias da data do cancelamento ou arquivamento, o documento caducará automaticamente, devendo o interessado iniciar novo procedimento para a retirada de nova documentação.

Art. 40. A pessoa jurídica ou o condutor autônomo que tiverem cassados, respectivamente, o Termo de Credenciamento, a Licença de Operação do Serviço ou a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO somente poderão pleitear novas autorizações decorridos 1 (um) anos da aplicação da penalidade.

DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 41. As pessoas jurídicas e condutores autônomos ficam sujeitos ao pagamento dos seguintes preços públicos, que serão atualizados ao final de cada exercício, por decreto específico,.

I - expedição e renovação de Termo de Credenciamento da Pessoa Jurídica;

II - expedição e renovação da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;

III - expedição e renovação de Licença de Operação de Serviço;

IV - registro e baixa de preposto;

V - substituição de motocicleta registrada na Licença de Operação do Serviço;

VI - vistoria da motocicleta, a ser pago a cada ano, o valor que será cobrado na Secretaria Municipal de Transportes ou nos Organismos de Inspeção Credenciados –

Parágrafo único. Aos preços públicos mencionados nos incisos do "caput" serão acrescidos aqueles fixados para autuação de processo administrativo e aqueles estabelecidos para as despesas bancárias.

Art. 42. Os valores das multas previstas nesta lei serão atualizados conforme índices de correção adotados pela Prefeitura.

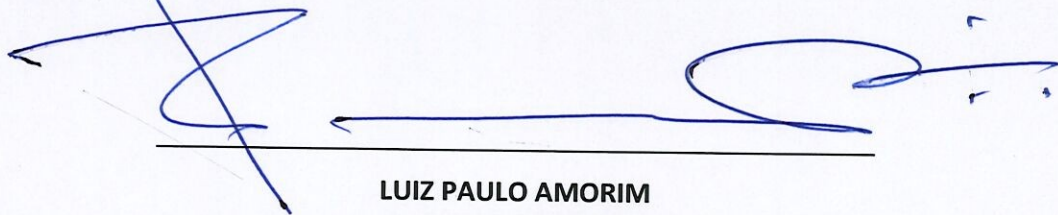
Art. 43. As pessoas jurídicas, condutores e veículos já credenciados na Secretaria Municipal de Transportes para prestação do serviço, terão seus documentos reconhecidos até o vencimento de seu prazo de validade, quando então deverão proceder à renovação conforme determina esta lei.

Art. 44 As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 45. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 46. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivacqua, 04 de junho de 2013



LUIZ PAULO AMORIM
VEREADOR – PSB

JUSTIFICATIVA

As atividades desempenhadas pelos Motociclistas Profissionais "motoboys" no transporte de entrega de mercadorias é atualmente de extrema importância na condução dos assuntos da sociedade. Exemplo disso são as entregas de medicamentos, materiais biológicos para realização de exames, peças, pizzas, lanches etc, que são realizadas pela categoria.

Tanto é assim que a atividade já está regulamentada no âmbito Federal Lei 12.009/2009, necessitando apenas de regulamentação nos Municípios.

Ressalta-se a imperialidade de enaltecermos o trabalho dos profissionais da área conhecida como serviço de motoboy e motofrete e a indispensabilidade deste projeto de lei.

Nos termos da Lei 12.009/2009 os motociclistas profissionais moto-frete devem emplacar seus veículos na categoria aluguel (placa vermelha), e, portanto o Município necessita regulamentar a atividade para estabelecer os requisitos para a concessão da licença.

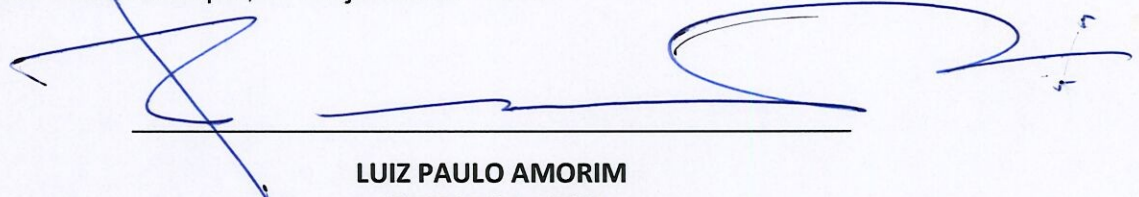
Sendo de fácil intuição, não podemos negar que a aplicação do princípio da razoabilidade está presente na discricionariedade administrativa, servindo de instrumento de limitação, ampliando o âmbito do controle da administração em todos seus órgãos, como também se encontra presente no projeto de lei em pauta.

Caso contrário, os motociclistas não poderão trafegar nas rodovias federais com veículos com baús, pois é necessário o registro do veículo na categoria aluguel.

Assim sendo, este projeto pretende resolver o problema, regulamentando a atividade de moto-frete em nosso Município trazendo segurança para a sociedade, pois estes profissionais serão cadastrados e deverão se adequar e participar de cursos de qualificação para exercer a atividade de moto-frete.

Diante das razões acima descritas e da importância do Projeto de Lei, pretende este vereador que o mesmo seja convertido em Lei e assim necessita do apoio dos nobres colegas vereadores, para que possamos garantir a regulamentação da atividade motofrete no Município.

Palácio Atilio Vivacqua, 04 de junho de 2013



LUIZ PAULO AMORIM
VEREADOR - PSB



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5748	15	



AO DEL
PARA PROVIDÊNCIAS
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



Angelita Lopes Cardoso
Assessor Legislativo II
Matr.: 2606
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Em, 04/06/13

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em, 05/06/2013

DIRETOR

Lauro Cyro
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória

INCLUA-SE EM PAUTA P/
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em, 05/06/2013

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 1ª DISCUSSÃO

Em, 06/06/2013

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 2ª DISCUSSÃO

Em, / /

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 3ª DISCUSSÃO

Em, / /

PRESIDENTE DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA A VOTAÇÃO ÚNICA
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

EM 11/05/2013

PRESIDENTE DA CMV


Ao Sr. (Sra.) _____
Para extração do Autógrafo de Lei e
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 13/05/2013

Diretor DEL

Lauro Cybreste
Diretor do Departamento
Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

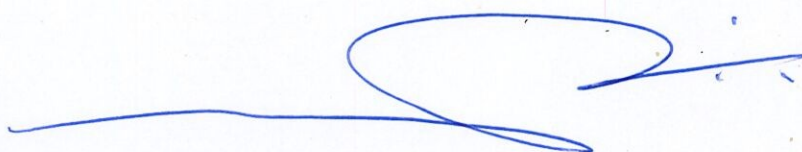
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
	16	

REGIME DE URGÊNCIA

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vitória

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais, requer a V. Exa., após ouvido o douto Plenário, com base no que preceitua o art. 264 a 266 do Regimento interno, Resolução nº 1722/98, seja incluído na pauta da Ordem do Dia em **REGIME DE URGÊNCIA**, o Projeto de LEI 266/2013 contido no Processo protocolado nesta Casa sob o nº 5718/2013.

Palácio Atílio Vivácqua, Vitória, 11 de Junho de 2013.



Reunião : 44º Sessão Ordinária
 Data : 11/06/2013 - 19:10:32 às 19:11:21
 Tipo : Nominal
 Turno : Ata
 Quorum : Maioria Simples
 Total de Presentes : 13 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
	18	6/13

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	19:10:50
22	Devanir Ferreira	PRB	Não Votou	
7	Fabício Gandini	MD	Não Votou	
8	Luisinho	PDT	Sim	19:10:40
18	Luiz Emanuel	PSDB	Sim	19:11:14
24	Luiz Paulo Amorim	PSB	Sim	19:10:58
19	Marcelão	PT	Sim	19:10:51
10	Namy Chequer	PC do B	Sim	19:10:44
11	Neuza de Oliveira	PSDB	Sim	19:10:49
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	19:10:37
23	Rogerinho	PHS	Não Votou	
13	Sérgio Magalhães	PSB	Sim	19:10:36
21	Vinicius Simões	MD	Sim	19:10:36
20	Wanderson Marinho	PRP	Sim	19:10:55
15	Zezito Maio	PMDB	Sim	19:10:37

Totais da Votação :

SIM 12
 NÃO 0

TOTAL 12

PRESIDENTE

SECRETARIO



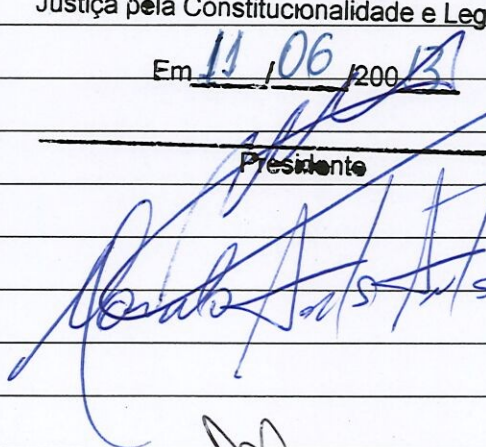
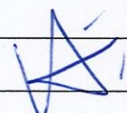
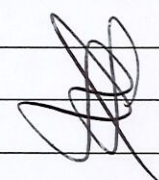
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
	13	

D E L
PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de
Justiça pela Constitucionalidade e Legalidade

Em 11 / 06 / 20013

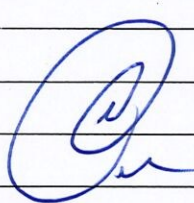
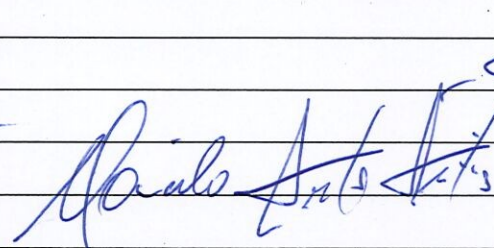
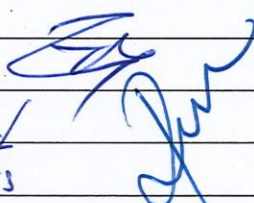
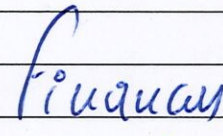
Presidente

D E L
PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

Em 11 / 06 / 20013

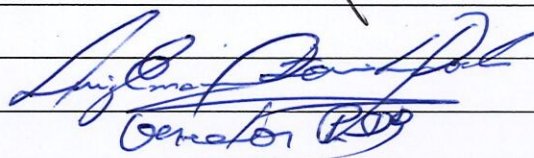
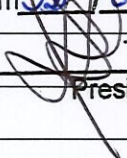
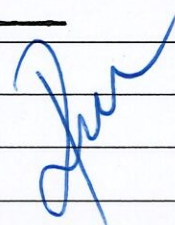
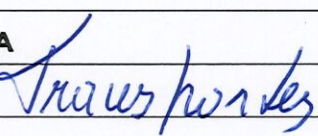
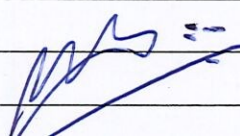
Presidente

D E L
PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

Em 11 / 06 / 20013

Presidente

Reunião : 44º Sessão Ordinária
Data : 11/06/2013 - 19:18:08 às 19:18:38
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum : Maioria Simples
Total de Presentes : 14 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	LUBRICA
	19	

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	19:18:18
22	Devanir Ferreira	PRB	Sim	19:18:17
7	Fabício Gandini	MD	Não Votou	
8	Luisinho	PDT	Sim	19:18:22
18	Luiz Emanuel	PSDB	Sim	19:18:12
24	Luiz Paulo Amorim	PSB	Sim	19:18:21
19	Marcelão	PT	Sim	19:18:14
10	Namy Chequer	PC do B	Sim	19:18:32
11	Neuza de Oliveira	PSDB	Sim	19:18:12
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	19:18:12
23	Rogerinho	PHS	Não Votou	
13	Sérgio Magalhães	PSB	Sim	19:18:12
21	Vinicius Simões	MD	Sim	19:18:30
20	Wanderson Marinho	PRP	Sim	19:18:12
15	Zezito Maio	PMDB	Sim	19:18:36

Totais da Votação :

SIM
 13

NÃO
 0

TOTAL
 13

PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	20	[assinatura]

OF.PRE. AUT. Nº 134

Vitória, 13 de junho de 2013.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a V. Exa. o **Autógrafo de Lei nº 9.789/2013**, referente ao **Projeto de Lei nº 266/2013**, de autoria do Vereador **Luiz Paulo Amorim**, aprovado em Sessão realizada no dia 11 de junho de 2013.

Atenciosamente,

Fabrizio Gandine Aquino
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. Nº 5718/2013 – CMV
LC/lsa.

Processo: **3857483/2013** Prioridade: **EXPRESSA**
Data: 14/06/2013 Hora: 15:20
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI

Documento: OFICIO - 134/2013
Destino: **SECOP/SUB-RI**
Volume: 01/01





Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	21	CA

AUTÓGRAFO DE LEI N° 9.789

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei n° 266/2013**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado moto frete no âmbito do município de vitória e dá outras providências.

Art. 1°. O serviço de entrega e coleta de pequenas cargas por meio de motocicletas nos Municípios do Estado do Espírito Santo, denominado moto frete e motoboy, a que se refere o artigo 1° da Lei Federal n° 12.009, de 29 de julho de 2009, poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização das Prefeituras, nos termos da presente lei.


Art. 2°. O serviço poderá ser prestado por condutor autônomo, ou por pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, associação ou cooperativa, que explore esse serviço, por meio de frota própria ou de terceiros, desde que tenha licença para operação do serviço e conte com condutores devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal de Vitória.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3°. Para os efeitos desta lei, denomina-se:

I - autorização - ato pelo qual a Secretaria Municipal de Transportes autorizará a terceiros a execução do serviço de entrega e coleta de pequenas cargas em motocicletas, nos termos e condições estabelecidos nesta lei;

II - condutor - motociclista inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	22	

III - pessoa jurídica - sociedade empresária, associação ou cooperativa;

IV - termo de credenciamento - documento expedido para a sociedade empresária, associação ou cooperativa, que autorize a exploração do serviço de moto frete e motoboy após cumprimento das exigências e condições estabelecidas nesta lei;

V - condumoto - documento concedido ao condutor inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

VI - licença para operação de serviço - documento expedido em relação às motocicletas utilizadas por condutores autônomos ou pelas pessoas jurídicas após aprovação em vistoria e cumprimento das demais exigências desta lei;

VII - moto frete - modalidade de transporte remunerado de pequenas cargas ou volumes em motocicleta, com equipamento adequado para acondicionamento de carga, nela instalado para esse fim;

VIII - baú - equipamento para transporte de pequenos volumes, com tampa convexa no lado superior e fixado por suportes metálicos na posição traseira da motocicleta;

IX - colete - colete de proteção aprovado segundo padrões definidos na resolução 356 do CONTRAN, contendo elementos de identificação do condutor ou da empresa;

X - capacete de segurança - capacete automotivo certificado pelo INMETRO.

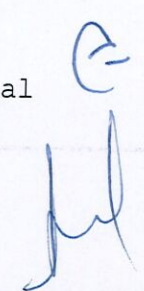
DO CREDENCIAMENTO DA PESSOA JURÍDICA

Art. 4º. À pessoa jurídica que explorar o serviço de moto frete, motoboy ou àquela que se utilizar com motocicleta própria do mesmo serviço será outorgado Termo de Credenciamento, observados os seguintes requisitos:

I - dispor de sede ou filial no Estado do Espírito Santo;

II - estar inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM;

III - estar inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5218	23	

Câmara Municipal de Vitória

IV - apresentar contrato social ou ato constitutivo e última alteração, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo;

V - apresentar certidões comprobatórias de regularidade com a Fazenda Federal, expedidas pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como de regularidade com a Fazenda do Município onde tiver sede ou filial, relativamente aos tributos mobiliários e imobiliários, expedidas pelos órgãos competentes da Prefeitura, apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas; apresentar certidão de quitação da contribuição sindical emitida pelo Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Estado do Espírito Santo.

VI - apresentar certidões comprobatórias de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

VII - apresentar certidão negativa de protestos dos últimos 05 (cinco) anos;

VIII - apresentar documentos que comprove fornecimentos dos equipamentos de proteção do motoboy, capacete, capa de chuva, colete e antena corta pipa, protetor de pernas e motor, bota apropriada para calor e chuva.


Art. 5º. O Termo de Credenciamento deverá ser renovado a cada 02 (dois) anos, mediante a apresentação de documentação comprobatória do atendimento dos requisitos estipulados no art. 4º desta lei e outros que poderão ser definidos pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 6º. O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado, a qualquer tempo, em razão de interesse público, mediante processo administrativo, sem que disso decorra qualquer direito a indenização.

Art. 7º. A pessoa jurídica deverá apresentar, trimestralmente, por meio eletrônico, relação de todos os condutores em operação, bem como fornecer outras informações pertinentes à atividade que lhe sejam solicitadas.

Parágrafo único. Sob pena de descredenciamento, deverão ser comunicados à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo máximo de 72 (setenta e duas)



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5218	24	

horas contadas da ocorrência, os afastamentos e os óbitos dos condutores, decorrentes de acidentes.

DO CADASTRO DO CONDUTOR

Art. 8º. Para operar o serviço de moto frete e motoboy, os condutores deverão estar inscritos no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO da Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 9º. Para a inscrição no Cadastro, os condutores deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Carteira Nacional de Habilitação, categoria A, válida e expedida há pelo menos 2 (dois) anos;

II - prontuário de condutor expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com extrato de pontuação por infrações de trânsito, anotada em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro;




III - certidão de antecedentes criminais;

IV - certificado de conclusão de Curso Especializado de MotoFretista, fornecido por escolas ou entidades reconhecidas pelo DETRAN.

§ 1º. O Curso Especial de Treinamento e Orientação destina-se a propiciar aos condutores o perfeito atendimento e observância das normas de trânsito e das obrigações a que se refere à Lei 12.009/2009, incluindo conhecimentos julgados convenientes para sua formação profissional.

§ 2º. Será negada a inscrição no Cadastro do condutor que tiver ultrapassado 20 (vinte) pontos no prontuário apresentado em atendimento ao inciso II do "caput" deste artigo, até que sejam excluídos pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

§ 3º. Será negada a inscrição no Cadastro se constar dos documentos referidos no inciso III do "caput" deste artigo mandado de prisão expedido contra o interessado.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	25	

§ 4º. Poderá ser concedido o CONDUMOTO provisório, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, renovável até decisão final, se constar dos documentos previstos no inciso III do "caput" deste artigo processo criminal em andamento.

Art. 10. O CONDUMOTO terá validade de 04 (quatro) anos ou até o término do prazo de vigência da Carteira Nacional de Habilitação, caso esse venha a ocorrer antes, devendo ser renovado em, no máximo, 30 (trinta) dias, após seu vencimento, sob pena de cancelamento.

Parágrafo único. Para a renovação do CONDUMOTO deverão ser atendidos todos os requisitos exigidos para sua concessão, previstos no art. 9º desta lei.

DA MOTOCICLETA

Art. 11. A motocicleta a ser utilizada no serviço remunerado de moto frete e motoboy deverá ser submetida à prévia aprovação da Secretaria Municipal de Transportes e atender aos seguintes requisitos:

- I - ser original de fábrica;
- II - ter no máximo 08 (oito) anos, excluído o ano de fabricação;
- III - ter cilindrada mínima de 120 (cento e vinte) c.c.;
- IV - estar identificada nos termos do art. 117 do Código de Trânsito Brasileiro;
- V - possuir os equipamentos obrigatórios aplicáveis à modalidade moto frete definidos no Código de Trânsito Brasileiro;
- VI - ser licenciada como veículo de categoria aluguel destinado ao transporte de carga;
- VII - ser aprovada em vistoria anual, realizada pelo INMETRO ou por empresas por ela credenciadas para esse fim;
- VIII - ser dotada de compartimento fechado, tipo baú, ou outro equipamento específico para

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
518	20	

transporte de carga, na forma estabelecida em regulamentação pertinente expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito;

IX - ter equipamento de segurança (tipo antena) para proteção da integridade do condutor contra linhas de cerol, fios e cabos aéreos;

X - ter equipamento de segurança para proteção de membros inferiores ("mata cachorro");

XI - possuir fixação superior e inferior na placa de identificação da motocicleta.

DA LICENÇA PARA OPERAÇÃO DA MOTOCICLETA

Art. 12. A pessoa jurídica credenciada deverá requerer à Secretaria Municipal de Transportes a expedição de licença, que poderá ser vinculada a mais de um condutor, para cada motocicleta de sua frota.

Parágrafo único. A licença será concedida em nome da pessoa jurídica credenciada, em caráter intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

Art. 13. Para obter a licença de operação a pessoa jurídica credenciada deverá apresentar apólice de seguro de vida invalidez, em favor do condutor, com coberturas não inferiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 14. Ao condutor autônomo, devidamente inscrito no Cadastro Municipal de Condutores, será concedida apenas uma licença, desde que cumpridas as seguintes exigências:

I - apresentar motocicleta;

II - estar em situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

III - apresentar apólice de seguro de vida no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo único. A licença será concedida em nome do condutor autônomo cadastrado, em caráter

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
518	27	

intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

Art. 15. A renovação da licença para operação da motocicleta deverá ser solicitada anualmente, em época determinada pela Secretaria Municipal de Transportes, e só será concedida mediante aprovação em vistoria.

Art. 16. A motocicleta registrada na licença de operação poderá ser substituída, desde que aprovada em vistoria específica.

Art. 17. Não será expedida a licença para operação do serviço se houver, em nome do interessado, débito tributário relativo à atividade ou em nome do veículo débitos de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Licenciamento, até que se comprove o pagamento dos débitos correspondentes.

Art. 18. Quando afastado do serviço por inatividade atestada em documento hábil, o condutor autônomo poderá registrar preposto devidamente inscrito no CONDUMOTO, pelo tempo que perdurar a incapacidade.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS E DOS CONDUTORES CADASTRADOS

Art. 19. As empresas credenciadas e os condutores cadastrados deverão respeitar as disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, especialmente:

I - cumprir o disposto no Código de Trânsito Brasileiro;

II - transportar carga somente em condições e limites de quantidade, peso e dimensões aprovados em legislação pertinente;

III - conduzir a motocicleta com os equipamentos de segurança e dispositivo de controle aprovados e exigidos em legislação específica;

IV - portar os documentos originais válidos que autorizem o serviço;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
418	29	

Câmara Municipal de Vitória

V - agir com respeito e urbanidade nas relações interpessoais da atividade;

VI - comparecer às convocações feitas pela Administração Pública, bem como aos cursos de orientação exigidos;

VII - estacionar a motocicleta sempre em local adequado e permitido;

VIII - manter a motocicleta em boas condições de tráfego;

IX - fornecer à Secretaria Municipal de Transportes todas as informações que forem solicitadas sobre as atividades exercidas;

X - comunicar à Secretaria Municipal de Transportes quaisquer alterações contratuais, do estatuto, de endereço;

XI - atender a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

XII - utilizar capacete e colete com identificação do condutor ou da empresa;

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 20. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei, bem como dos demais dispositivos normativos expedidos para sua regulamentação, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão do Termo de Credenciamento;

III - suspensão da Inscrição no Cadastro de Condutores;

IV - suspensão da Licença para Operação do Serviço;

V - cassação do Termo de Credenciamento;

VI - cassação na Inscrição no Cadastro de Condutores;

VII - cassação da Licença para Operação do Serviço.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
518	29	

Art. 21. Às pessoas jurídicas credenciadas e aos condutores do serviço de moto frete e motoboy serão aplicadas penalidades em razão das informações classificadas nos Grupos A, B, C e D, conforme segue:

I - infrações do Grupo A:

a) não se trajar adequadamente;

b) não tratar o público com polidez e urbanidade;

c) não apresentar na motocicleta e no colete os elementos de identificação ou orientação exigidos pela Secretaria Municipal de Transportes;

d) deixar de comunicar à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo de 30 (trinta) dias, a alteração de endereço da sede social da pessoa jurídica credenciada ou de residência do condutor cadastrado ou fornecê-lo erroneamente;

e) conduzir a motocicleta sem um ou mais equipamentos de segurança e/ou dispositivo de controle, exigidos em legislação específica ou em regulamentação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;

f) deixar de atender a convocação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;

g) transportar passageiro;

II - infrações do Grupo B:

a) utilizar, no serviço, motocicleta com equipamentos que não sejam aprovados pela Secretaria Municipal de Transportes;

b) conduzir a motocicleta com a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou com a Licença para Operação do Serviço vencidas;

c) utilizar a motocicleta para fins não autorizados;

d) recusar-se a exibir à fiscalização os documentos que forem exigidos ou evadir-se quando por ela abordado;

e) transitar sem a Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
548	30	

f) transitar sem Licença para Operação do Serviço;

g) transitar com intimação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes com prazo vencido;

III - infrações do Grupo C:

a) permitir que condutor não registrado como preposto conduza a motocicleta;

b) transitar com a motocicleta em más condições de segurança;

c) ostentar qualquer tipo de propaganda não autorizada pela Prefeitura;

d) alterar, danificar ou rasurar documento ou informação entregue à Prefeitura;

IV - infrações de Grupo D:

a) efetuar transporte remunerado sem que a motocicleta esteja devidamente autorizada para esse fim;

Art. 22. As penalidades de natureza pecuniária e as demais previstas nesta lei são aplicáveis aos serviços de moto frete e motoboy.

Art. 23. A penalidade de suspensão do Termo de Credenciamento, da Licença para Operação do Serviço ou da Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO acarretará a retenção do respectivo documento durante o prazo de sua duração.

Art. 24. A aplicação das penalidades será procedida pela fiscalização, exercida por servidores devidamente credenciados pelo Diretor do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes, cabendo ao Secretário Municipal de Transportes ou à comissão especialmente designada para esse fim decidir em grau de recurso.

§ 1º. Os recursos deverão ser oferecidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação feita diretamente ao infrator, ou por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada para o infrator no endereço informado no cadastro municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5418	31	

§ 2º. A Secretaria Municipal de Transportes poderá criar mais de uma comissão para decidir em grau de recurso, composta, cada uma, por 03 (três) membros na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

Art. 25. Além das penalidades previstas na legislação específica vigente e nesta lei, fica instituído o Prontuário de Avaliação de Desempenho do Condutor, no qual serão anotadas e receberão a pontuação correspondente às infrações cometidas pelos operadores ou condutores de moto frete.

§ 1º. A pontuação será atribuída a toda infração de acordo com os grupos em que estão classificadas.

§ 2º. A pontuação será cumulativa e os pontos atribuídos a cada infração cometida prescreverão nos seguintes prazos:

I - infração do Grupo A e do Grupo B: 01
(um) ano;

II - infração do Grupo C: 02 (dois) anos;

III - infração do Grupo D: 03 (três) anos.

§ 3º. O condutor, ao atingir os limites de 50 (cinquenta) e de 100 (cem) pontos, será submetido à Comissão de Avaliação de Desempenho do Condutor, composta por 03 (três) membros, na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
518	32	

III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

§ 4°. Atingido o limite de 50 (cinquenta) pontos, a Comissão analisará o histórico das infrações do condutor e proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada, a pena de advertência ou suspensão de 05 (cinco) dias.

§ 5°. Atingido o limite de 100 (cem) pontos, o documento de autorização da atividade ou de cadastramento do veículo respectivo será suspenso preventivamente, por 15 (quinze) dias, e a Comissão, analisando o histórico das infrações, proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada:

I - a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, prazo do qual deverá ser descontado o período de suspensão preventiva ou;

II - a cassação da Licença de Operação de Serviço, da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou do Termo de Credenciamento, conforme o caso.

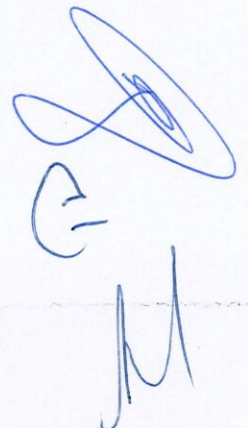
Art. 26. A prática das infrações arroladas no art. 22 acarretará a imposição das penalidades previstas no art. 21, ambos desta lei, na forma a seguir especificada:

I - Grupo A: multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais); na reincidência, multa em dobro e anotação de 05 (cinco) pontos no prontuário do condutor;

II - Grupo B: multa no valor de R\$ 20,00 (vintes reais) e anotação de 05 (cinco) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 05 (cinco) dias e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor;

III - Grupo C: multa no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 20 (vinte) dias e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor;

IV - Grupo D: multa no valor de R\$ 90,00 (noventa reais) e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 40



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
518	33	

(quarenta) dias e anotação de 40 (quarenta) pontos no prontuário do condutor.

Art. 27. As infrações aos dispositivos desta lei não enquadradas expressamente nos Grupos estabelecidos no art. 22 serão classificadas no Grupo A.

Art. 28. A Prefeitura poderá cassar a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO, a Licença para Operação do Serviço e o Termo de Credenciamento, sem indenização ao permissionário, em especial quando:

I - executar o serviço de moto frete durante o prazo de duração da pena de suspensão;

II - utilizar o veículo para prática de crime;

III - for comprovado que o condutor dirigia em estado de embriaguez alcoólica ou sob o efeito de substância tóxica após 02 (duas) suspensões pelo mesmo motivo.

Parágrafo único. A cassação prevista neste artigo será tratada em processo administrativo especialmente autuado para este fim, assegurado o amplo direito de defesa ao infrator, que deverá ser notificado pessoalmente ou por publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 29. Independentemente da imposição das penalidades previstas nesta lei, a Prefeitura poderá reter, remover e apreender motocicletas, com vistas ao cumprimento das disposições contidas na Lei nº 12.009/2009 e demais atos expedidos para sua regulamentação.

§ 1º. O preço da operação de remoção de veículos prevista neste artigo será o constante da Tabela integrante na tabela do DETRAN/ES.

§ 2º. Decorridos 90 (noventa) dias da apreensão, as motocicletas não liberadas poderão ser leiloadas em conformidade com o estabelecido na legislação vigente aplicada à espécie.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	34	

Art. 30. A remoção da motocicleta dar-se-á quando de seu abandono na via pública para impossibilitar a ação da fiscalização.

Art. 31. A retenção do veículo dar-se-á quando:

I - o condutor deixar de portar ou exibir à autoridade competente ou a seus agentes os documentos exigidos pela lei que disciplina o serviço e demais atos expedidos para sua regulamentação;

II - a motocicleta transitar:

- a) produzindo fumaça inadequada;
- b) com defeito ou inexistência de qualquer dos equipamentos obrigatórios;
- c) com deficiência de freios;
- d) usando combustível não autorizado.

Art. 32. A apreensão da motocicleta dar-se-á quando:

I - ordenada judicialmente;

II - o condutor:

- a) for encontrado em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza;
- b) não estiver devidamente autorizado a operar o serviço de motofrete;

III - a motocicleta:

- a) transitar sem nova vistoria, depois de reparo em consequência de acidente grave ou má conservação;
- b) transitar em mau estado de conservação e segurança;
- c) tiver característica alterada sem a competente autorização;
- d) tiver a placa de identificação falsificada.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	35	

Art. 33. A responsabilidade pelo pagamento das multas impostas ou pelos preços da remoção e estadia das motocicletas apreendidas caberá às pessoas jurídicas credenciadas ou aos condutores cadastrados, conforme o caso.

Art. 34. Aos condutores de motofrete não cadastrados na Secretaria Municipal de Transportes é vedada a captação de serviço no Município de Vitória, sendo permitida apenas a entrega de malotes ou pequenas cargas originárias de outros municípios ou quando as pessoas jurídicas estejam cadastrados em outros Municípios integrantes do Estado do Espírito Santo.

Art. 35. A Secretaria Municipal de Transportes exercerá a fiscalização e procederá a vistorias ou diligências com vistas ao cumprimento das disposições desta lei.




Art. 36. A fim de cuidar de assuntos relacionados com o serviço definido nesta lei, a pessoa jurídica deverá indicar representante devidamente credenciado na Secretaria Municipal de Transportes.


Art. 37. Poderão ser firmados convênios com órgãos de trânsito da União, Estado e Municípios visando o aprimoramento da fiscalização do serviço de que trata esta lei.

Art. 38. Qualquer documento cuja expedição seja requerida para os fins tratados nesta lei será arquivado ou cancelado sempre que o interessado não o retirar em 30 (trinta) dias, contados da data do deferimento.

Parágrafo único. Decorridos 30 (trinta) dias da data do cancelamento ou arquivamento, o documento caducará automaticamente, devendo o interessado iniciar novo procedimento para a retirada de nova documentação.

Art. 39. A pessoa jurídica ou o condutor autônomo que tiverem cassados, respectivamente, o Termo de

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
518	36	

Credenciamento, a Licença de Operação do Serviço ou a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO somente poderão pleitear novas autorizações decorridos 01 (um) ano da aplicação da penalidade.

DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 40. As pessoas jurídicas e condutores autônomos ficam sujeitos ao pagamento dos seguintes preços públicos, que serão atualizados ao final de cada exercício, por decreto específico,.

I - expedição e renovação de Termo de Credenciamento da Pessoa Jurídica;

II - expedição e renovação da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;

III - expedição e renovação de Licença de Operação de Serviço;

IV - registro e baixa de preposto;

V - substituição de motocicleta registrada na Licença de Operação do Serviço;

VI - vistoria da motocicleta, a ser pago a cada ano, o valor que será cobrado na Secretaria Municipal de Transportes ou nos Organismos de Inspeção Credenciados.

Parágrafo único. Aos preços públicos mencionados nos incisos do "caput" serão acrescidos aqueles fixados para autuação de processo administrativo e aqueles estabelecidos para as despesas bancárias.

Art. 41. Os valores das multas previstas nesta lei serão atualizados conforme índices de correção adotados pela Prefeitura.

Art. 42. As pessoas jurídicas, condutores e veículos já credenciados na Secretaria Municipal de Transportes para prestação do serviço, terão seus documentos reconhecidos até o vencimento de seu prazo de validade, quando então deverão proceder à renovação conforme determina esta lei.

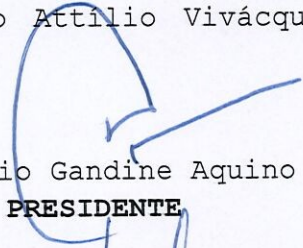
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	37	

Art. 43. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.


Art. 44. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

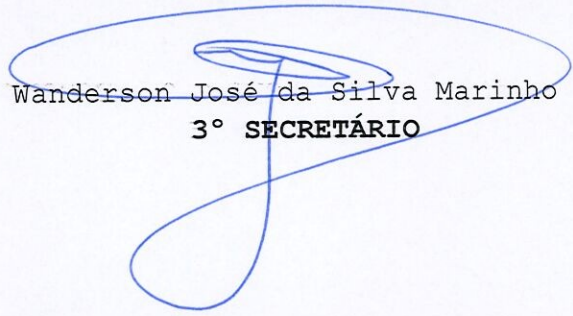
Art. 45. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivacqua, 13 de junho de 2013.


Fabrício Gandine Aquino
PRESIDENTE


Neuza de Oliveira
1º SECRETÁRIO


José Francisco Maio Filho
2º SECRETÁRIO


Wanderson José da Silva Marinho
3º SECRETÁRIO



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

St. Diretor

Encaminhado para expediente externo

O Veto total adossado ao

Autógrafo de Lei nº 9.789/13 em anexo.

Em, 08/07/2013

Edmilson Lucena
Assistente Administrativo
Matr. 3407
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

INCLUIDO NO EXPEDIENTE EXTERNO

Em, 09/07/2013

DIRETOR/DEL

Lauro Cypriano
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória

AD DEL

Para providenciar os demais encaminhamentos
regimentais relativos ao presente processo.

Em, 09/07/2013

Presidente da Sessão

AO S.A.C. (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO
AS COMISSÕES ABAIXO

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO TOTAL

EM 13/07/2013

DIRETOR DEL

Lauro Cypriano
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	39	-

GAB/903

Vitória, 04 de julho de 2013

Processo: 0/2013 Documento: 724/2013

Data e Hora: 05/07/2013 16:28:24

Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória

Veto Total ao Autógrafo de Lei 9.789/13 - PL 266/13 de autoria do Vereador Luiz Paulo Amorim.

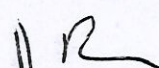
Senhor Presidente:

Encaminhado através do Ofício nº 134/13, dessa Presidência, cientifiquei-me do Autógrafo de Lei nº 9.789/13, originário do Projeto de Lei nº 266/13, de autoria do Vereador Luiz Paulo Amorim, que regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado moto frete no âmbito do Município de Vitória e dá outras providências.

Em conformidade com o Parecer nº 784/13, da Procuradoria Geral do Município, veto a matéria em sua totalidade, usando da competência que me é delegada no Art. 113, inciso IV, e na forma do que dispõe o § 2º, do Art. 83, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

Renovando meus protestos de consideração para com os postulantes dessa Egrégia Casa de Leis, espero o apoio para manutenção do veto apostado.

Atenciosamente,


Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

Vereador Fabrício Gandini Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.3857483/13 - PMV

5718/13 - CMV

stn



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

21

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	40	

PARECER Nº 784/2013

Processo nº: 3857483/2013

Requerente: Câmara Municipal de Vitória

Secretaria Consultante: SECOP

Assunto: Autógrafo de Lei

À SECOP/SUB-RI,
Sr. Subsecretário,

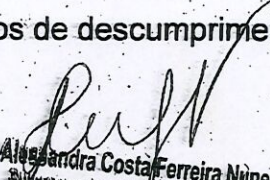
RELATÓRIO

Os autos vieram a esta Procuradoria para análise e manifestação jurídica em face do AUTÓGRAFO DE LEI Nº 9.789, referente ao Projeto de Lei nº 266/2013, de autoria do vereador Luiz Paulo Amorim, aprovado em sessão realizada no dia 11 de junho de 2013, constante de fls. 02, cuja ementa é a seguinte: "Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado moto frete no âmbito do município de Vitória e dá outras providências."

É o breve relatório.

FUNDAMENTAÇÃO e CONCLUSÃO

Trata-se de proposta legislativa que visa regulamentar a atividade de transporte de pequenas cargas denominado moto frete no âmbito do município de Vitória, estabelecendo multa a ser aplicada nos casos de descumprimento."


Alessandra Costa Ferreira Nunes
Subprocuradora Geral - OAB/ES 11483
Prefeitura de Vitória

Entretanto, trata-se de matéria afeta a transito, para a qual existe competência exclusiva da União para legislar.

Cumpre registrar o que dispõe o Art. 22 da Constituição Federal:

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5218	41	af

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

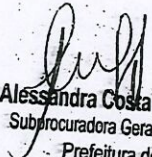
- I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- II - desapropriação;
- III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
- IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
- V - serviço postal;
- VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
- VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
- VIII - comércio exterior e interestadual;
- IX - diretrizes da política nacional de transportes;
- X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
- XI - trânsito e transporte;

Desta feita cumpre observar que não compete ao Município de Vitória estabelecer normas gerais sobre trânsito, transporte e requisitos para o exercício de profissões, cuja competência é privativa da união.

A Lei que se pretende aprovar acaba por invadir a competência de outro ente federativo, não sendo possível uma lei municipal versar sobre tal assunto. Os tribunais pátrios tem se manifestado da seguinte forma:

"ADIN LEI MUNICIPAL, INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. LEI MUNICIPAL. TRANSPORTE REMUNERADO DE CARGAS E ENTREGAS ATRAVÉS DE MOTOCICLETAS. Possibilidade jurídica do pedido, em face da disposição do art. 8º da Constituição Estadual, impondo aos municípios respeito aos princípios estabelecidos na Constituição Federal. Padece de inconstitucionalidade formal, por vício material e formal, a Lei n.º 1.127 /2008, que dispõe "sobre a prestação de serviços com uso de motocicleta no município de Picada Café e dá outras providências", por tratar de matéria, cuja competência, é exclusiva da União e estabelecer restrições não previstas no CNT. Afronta aos artigos 22, inciso XI e 170, "caput" e incisos IV e V, da Constituição Federal e artigos 8º, 157, "caput", e 266, "caput", da Constituição Estadual. Precedentes da Corte. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME" (ADI 70028750214/Caminha).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL. LEIS MUNICIPAIS QUE INSTITUEM OS SERVIÇOS DE "MOTO-TÁXI" E DE "MOTO-FRETE". MATÉRIA DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. VÍCIO FORMAL


Alessandra Costa Ferreira Nunes
Subprocuradora Geral - OAB/ES 11483
Prefeitura de Vitória

CARACTERIZADO: INCONSTITUCIONALIDADE, POR ARRASTAMENTO, DO DECRETO MUNICIPAL QUE REGULAMENTA A NORMA INVÁLIDA. JURISPRUDÊNCIA DO STF. "AMICUS CURIAE". AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA JUSTIFICAR A ADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº...(TJ-RS - ADI: 70048506836 RS, Relator: Vicente Barrôco de Vasconcellos, Data de Julgamento: 09/07/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/07/2012, undefined)

"Ação direta de inconstitucionalidade. Lei distrital 3.787, de 2-2-2006, que cria, no âmbito do Distrito Federal, o sistema de moto-service - transporte remunerado de passageiros com uso de motocicletas: inconstitucionalidade declarada por usurpação da competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte (CF, art. 22, XI). Precedentes: ADI 2.606, Plenário, Rel. Min. Márcio Corrêa, DJ de 7-2-2003; ADI 3.136, 1º-8-2006, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; ADI 3.135, 1º-8-2006, Rel. Min. Gilmar Mendes." (ADI 3.679, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 18-6-2007, Plenário, DJ de 3-8-2007. Vide: ADI 3.610, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 1º-8-2011, Plenário, DJE de 22-9-2011.

"Competência legislativa: Direito do Trabalho. Profissão de motoboy. Regulamentação. Inadmissibilidade. (...) Competências exclusivas da União. (...) É inconstitucional a lei distrital ou estadual que disponha sobre condições do exercício ou criação de profissão, sobretudo quando esta diga à segurança de trânsito." (ADI 3.610, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 1º-8-2011, Plenário, DJE de 22-9-2011.) Vide: ADI 3.679, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 18-6-2007, Plenário, DJ de 3-8-2007.

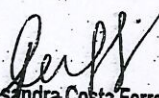
Registramos ainda que, além de usurpar a competência exclusiva da União para legislar sobre a matéria, o autógrafo em tela acaba por criar obrigações para a Secretária Municipal de Trânsito, atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo, incorrendo em mais esta inconstitucionalidade.


Pelo exposto, opinamos pelo veto total de acordo com o artigo 83, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

Ressaltamos que esta Procuradoria se atém exclusivamente à análise dos aspectos técnicos e legais do projeto apresentado.

É o parecer.

Vitória-ES, 02 de julho de 2013.


 Alessandra Costa Ferreira Nunes
 Subprocuradora Geral - OAB/ES 11483
 Prefeitura de Vitória

 FREDERICO M. F. DE PAIVA BRITTO

Procurador Geral

OAB-ES nº 8.899



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5218	43	4

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr Vereador.....

Vinícius Simões

.....para relatar

Em

17/07/2013

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Justiça

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5713	44	<i>[assinatura]</i>

PROCESSO: 5718/2013

PROJETO DE LEI Nº: 266/2013

AUTOR: Luiz Paulo Amorim

EMENTA: *"Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado moto-frete no âmbito do município de Vitória e dá outras providências"*

I-RELATÓRIO

O Projeto de lei em análise visa regulamentar a atividade de transporte de pequenas cargas denominado moto-frete no âmbito do município e dá outras providências.

Para tanto, tal projeto já dispõe acerca da regulamentação da atividade, estabelecendo os requisitos necessários à concessão da licença, de modo que a teor da justificativa, trará segurança para a sociedade, aos profissionais cadastrados, que deverão se adequar e participar de cursos de qualificação para exercer a atividade de moto-frete.

Após protocolo nesta Casa legislativa este Projeto, a pedido de seu autor, foi incluído na ordem do dia sob regime de urgência, sendo aprovado por todas as Comissões (Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Transportes) em Sessão realizada aos 11.06.2013.

Posteriormente, foi encaminhado ao Prefeito Municipal que opinou pelo veto da matéria em sua totalidade, tendo em vista que, em conformidade com o Parecer da

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Justiça

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5713	45	nf

Procuradoria Geral do Município, constatará vício de iniciativa na presente iniciativa.

Ante o exposto, a matéria foi submetida à análise da Procuradoria Geral Municipal que entendeu pelo veto integral do presente Projeto, pois constatará vício de iniciativa, já que usurpa a competência exclusiva da União para legislar sobre a matéria e ainda acaba por criar obrigações para a Secretaria Municipal de Trânsito, atribuição que compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo.

Por fim, o referido projeto veio para análise desta Comissão para parecer. É o que se passa a expor.

II-PARECER

De início, cumpre consignar que o Projeto em questão é louvável, eis que busca regulamentar no município a atividade desempenhada pelos Motociclistas Profissionais para estabelecer os requisitos para a concessão da licença, o que também trará segurança para a sociedade, tendo em vista que estes profissionais serão cadastrados e deverão se adequar e participar de cursos de qualificação para exercer a atividade.

Entretanto, tal iniciativa, apresenta vícios de iniciativa, eis que legisla sobre matéria da qual não possui competência e, ainda, cria obrigações para a Secretaria Municipal de Trânsito cuja atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art.113 da Lei Orgânica.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Justiça

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5713	46	<i>[assinatura]</i>

Nesse teor de ideias, esta Comissão entende **PELA MANUTENÇÃO DO VETO.**

Palácio Atílio Vivácqua, 31 de julho de 2013.

Vinicius Simões

Comissão de Justiça- Relator



Comissão de

Justiça

Aprovado o Parecer

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, *13* / *08* / *2013*.

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5718	47	

Ao Sr. (a): Rita Patti
Para providenciar a extração do avulso.

Em: 14 / 08 / 2013



Jaqueline Rocha F. Freitas
Secretaria das Comissões Permanentes

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em 16 / 08 / 13

Franciene Souza
ASSINATURA



Rejeitado o veto total
Vol. 9 X 3 encaminhado-se
ao Del. Vere. Coordenador do
Executivo.

Em. 23/10/13

PRESIDENTE

Lucilene

AO SR. (SRA.),
PARA COMUNICAR POR OFÍCIO AO EXECUTIVO
A REJEIÇÃO DO VETO AO PROJETO DE LEI QUE
TRATA O PRESENTE PROCESSO.

EM 24 / 10 / 2013

DIRETOR DEL

1	2	3
4	5	6
7	8	9

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Se Diretor, devidamente providenciado
em 25/10/13.

[Signature]
05/11/13.

ARQUIVE-SE
Em 10/12/13

Câmara Municipal de Vitória
Lauro Cypreste
Diretor DEL
CMV

ATA O RESOLUÇÃO PROPOSTA
REJEIÇÃO DO VETO AO PROJETO DE LEI QUE
TRATA DO MONICÊNCIA DO EXECUTIVO
DO SR. (SRA.)

DIRETOR DEL



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	48	F. Souza

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
283/2013

PROCESSO	5718/2013
PROJETO DE LEI	266/2013
EMENTA	Regulamenta a atividade de Transporte de pequenas cargas denominado motofrete no âmbito do Município de Vitória e dá outras providências.
INICIATIVA	LUIZ PAULO AMORIM
PARECER	Comissão de Justiça – Pela Manutenção do Veto Total

Matéria : Veto Total ao Projeto de Lei nº 266/2013
Autoria : Luiz Paulo Amorim

Reunião : 83ª Sessão Ordinária
Data : 23/10/2013 - 18:44:49 às 18:45:21
Tipo : Secreta
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 12 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	PUBLICA
5719	49	Ⓟ

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Secreto	18:45:04
22	Devanir Ferreira	PRB	Não Votou	
7	Fabício Gandini	PPS	Secreto	18:44:57
8	Luisinho	PDT	Secreto	18:45:05
18	Luiz Emanuel	PSDB	Secreto	18:45:00
24	Luiz Paulo Amorim	PSB	Secreto	18:44:59
19	Marcelão	PT	Secreto	18:45:00
10	Namy Chequer	PC do B	Secreto	18:44:57
11	Neuza de Oliveira	PSDB	Secreto	18:45:10
12	Reinaldo Bolão	PT	Não Votou	
23	Rogerinho	PHS	Secreto	18:45:02
13	Sérgio Magalhães	PSB	Secreto	18:44:55
21	Vinicius Simões	PPS	Secreto	18:44:56
20	Wanderson Marinho	PRP	Não Votou	
15	Zezito Maio	PMDB	Secreto	18:44:57

Totais da Votação :

SIM
3

NÃO
9

TOTAL
12

PRESIDENTE

Neuza de Oliveira
SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	50	88

OF.PRE.VT. Nº 0174

Vitória, 25 de outubro de 2013.

Assunto: **Comunicação.**

Senhor Prefeito,

Comunico que a Câmara, em sessão realizada no dia 08 de outubro do corrente exercício, **rejeitou o veto total** aposto por V.Exa. ao **Projeto de Lei nº 266/2013**, de autoria do Vereador **Luiz Paulo Amorim**, referente ao **Autógrafo de Lei nº 9.789/2013**.

Atenciosamente,

Fabício Gandine Aquino
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. nº 5718/2013 - CMV
Proc. nº 3857483/2013 - PMV
LC/lsa.

Protocolado: **19973/2013** **JUNTADA**
Data: 29/10/2013 Hora: 10:50
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Órgão Destino: **SEMAD/GAL/CPA/EPG**
Assunto: REJEITOU O VETO TOTAL
Documento: OFICIO
Número Documento: 174/2013



Obs: Max.5 andamentos. Prazo de arquivo 2 anos, após e' minar.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5718	51	FSSaiz

A Funcionária Lucilene/Regina

Para providenciar a extração da lei a ser promulgada, e
encaminhar a Controladoria da casa para publicação.

Em, 05/12/2013

Lauro Cypreste
Diretor DEL
CMV

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 16/12/2013

ASSINATURA

Regina Célia de Aguiar
Funcionária

ARQUIVE-SE
Em. 24/10/2014
Câmara Municipal de Vitória
Lauro Cypreste
Diretor DEL
CMV



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	SINOPSE
5718	52	

LEI Nº 8.576

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado Motofrete no âmbito do Município de Vitória e dá outras providências.

Art. 1º. O serviço de entrega e coleta de pequenas cargas por meio de motocicletas nos Municípios do Estado do Espírito Santo, denominado Motofrete e Motoboy, a que se refere o artigo 1º da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização das Prefeituras, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. O serviço poderá ser prestado por condutor autônomo, ou por pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, associação ou cooperativa, que explore esse serviço, por meio de frota própria ou de terceiros, desde que tenha licença para operação do serviço e conte com condutores devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal de Vitória.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, denomina-se:

I - autorização - ato pelo qual a Secretaria Municipal de Transportes autorizará a terceiros a execução do serviço de entrega e coleta de pequenas cargas em motocicletas, nos termos e condições estabelecidos nesta Lei;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Assinatura
5718	53	ALB

II - condutor - motociclista inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

III - pessoa jurídica - sociedade empresária, associação ou cooperativa;

IV - termo de credenciamento - documento expedido para a sociedade empresária, associação ou cooperativa, que autorize a exploração do serviço de Motofrete e Motoboy após cumprimento das exigências e condições estabelecidas nesta Lei;

V - condumoto - documento concedido ao condutor inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

VI - licença para operação de serviço - documento expedido em relação às motocicletas utilizadas por condutores autônomos ou pelas pessoas jurídicas após aprovação em vistoria e cumprimento das demais exigências desta Lei;

VII - motofrete - modalidade de transporte remunerado de pequenas cargas ou volumes em motocicleta, com equipamento adequado para acondicionamento de carga, nela instalado para esse fim;

VIII - baú - equipamento para transporte de pequenos volumes, com tampa convexa no lado superior e fixado por suportes metálicos na posição traseira da motocicleta;

IX - colete - colete de proteção aprovado segundo padrões definidos na resolução 356 do CONTRAN, contendo elementos de identificação do condutor ou da empresa;

X - capacete de segurança - capacete automotivo certificado pelo INMETRO.

DO CREDENCIAMENTO DA PESSOA JURÍDICA

Art. 4º. A pessoa jurídica que explorar o serviço de Motofrete, Motoboy ou àquela que se utilizar com motocicleta própria do mesmo serviço será outorgado Termo de Credenciamento, observados os seguintes requisitos:

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Assinatura
5718	54	

I - dispor de sede ou filial no Estado do Espírito Santo;

II - estar inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM;

III - estar inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

IV - apresentar contrato social ou ato constitutivo e última alteração, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo;

V - apresentar certidões comprobatórias de regularidade com a Fazenda Federal, expedidas pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como de regularidade com a Fazenda do Município onde tiver sede ou filial, relativamente aos tributos mobiliários e imobiliários, expedidas pelos órgãos competentes da Prefeitura, apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas; apresentar certidão de quitação da contribuição sindical emitida pelo Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Estado do Espírito Santo.

VI - apresentar certidões comprobatórias de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

VII - apresentar certidão negativa de protestos dos últimos 05 (cinco) anos;

VIII - apresentar documentos que comprove fornecimentos dos equipamentos de proteção do Motoboy, capacete, capa de chuva, colete e antena corta pipa, protetor de pernas e motor, bota apropriada para calor e chuva.

Art. 5º. O Termo de Credenciamento deverá ser renovado a cada 02 (dois) anos, mediante a apresentação de documentação comprobatória do atendimento dos requisitos estipulados no artigo 4º desta Lei e outros que poderão ser definidos pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 6º. O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado, a qualquer tempo, em razão de interesse público, mediante



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Data
5718	55	AGP

processo administrativo, sem que disso decorra qualquer direito a indenização.

Art. 7º. A pessoa jurídica deverá apresentar, trimestralmente, por meio eletrônico, relação de todos os condutores em operação, bem como fornecer outras informações pertinentes à atividade que lhe sejam solicitadas.

Parágrafo único. Sob pena de descredenciamento, deverão ser comunicados à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da ocorrência, os afastamentos e os óbitos dos condutores, decorrentes de acidentes.

DO CADASTRO DO CONDUTOR

Art. 8º. Para operar o serviço de MotoFrete e Motoboy, os condutores deverão estar inscritos no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO da Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 9º. Para a inscrição no Cadastro, os condutores deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Carteira Nacional de Habilitação, categoria A, válida e expedida há pelo menos 2 (dois) anos;

II - prontuário de condutor expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com extrato de pontuação por infrações de trânsito, anotada em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro;

III - certidão de antecedentes criminais;

IV - certificado de conclusão de Curso Especializado de MotoFretista, fornecido por escolas ou entidades reconhecidas pelo DETRAN.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Assinatura
5718	56	Alc

§ 1º. O Curso Especial de Treinamento e Orientação destina-se a propiciar aos condutores o perfeito atendimento e observância das normas de trânsito e das obrigações a que se refere à Lei 12.009/2009, incluindo conhecimentos julgados convenientes para sua formação profissional.

§ 2º. Será negada a inscrição no Cadastro do condutor que tiver ultrapassado 20 (vinte) pontos no prontuário apresentado em atendimento ao inciso II do deste artigo, até que sejam excluídos pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

§ 3º. Será negada a inscrição no Cadastro se constar dos documentos referidos no inciso III deste artigo, mandado de prisão expedido contra o interessado.

§ 4º. Poderá ser concedido o CONDUMOTO provisório, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias renovável até decisão final, se constar dos documentos previstos no inciso III deste artigo, processo criminal em andamento.

Art. 10. O CONDUMOTO terá validade de 04 (quatro) anos ou até o término do prazo de vigência da Carteira Nacional de Habilitação, caso esse venha a ocorrer antes, devendo ser renovado em, no máximo, 30 (trinta) dias, após seu vencimento, sob pena de cancelamento.

Parágrafo único. Para a renovação do CONDUMOTO deverão ser atendidos todos os requisitos exigidos para sua concessão, previstos no artigo 9º desta Lei.

DA MOTOCICLETA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Página
5718	57	AB

Art. 11. A motocicleta a ser utilizada no serviço remunerado de MotoFrete e Motoboy deverá ser submetida à prévia aprovação da Secretaria Municipal de Transportes e atender aos seguintes requisitos:

- I** - ser original de fábrica;
- II** - ter no máximo 08 (oito) anos, excluído o ano de fabricação;
- III** - ter cilindrada mínima de 120 (cento e vinte) c.c.;
- IV** - estar identificada nos termos do artigo 117 do Código de Trânsito Brasileiro;
- V** - possuir os equipamentos obrigatórios aplicáveis à modalidade MotoFrete definidos no Código de Trânsito Brasileiro;
- VI** - ser licenciada como veículo de categoria aluguel destinado ao transporte de carga;
- VII** - ser aprovada em vistoria anual, realizada pelo INMETRO ou por empresas por ela credenciadas para esse fim;
- VIII** - ser dotada de compartimento fechado, tipo baú, ou outro equipamento específico para transporte de carga, na forma estabelecida em regulamentação pertinente expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito;
- IX** - ter equipamento de segurança (tipo antena) para proteção da integridade do condutor contra linhas de cerol, fios e cabos aéreos;
- X** - ter equipamento de segurança para proteção de membros inferiores (mata cachorro);
- XI** - possuir fixação superior e inferior na placa de identificação da motocicleta.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Assinatura
5718	58	ABR

DA LICENÇA PARA OPERAÇÃO DA MOTOCICLETA

Art. 12. A pessoa jurídica credenciada deverá requerer à Secretaria Municipal de Transportes a expedição de licença, que poderá ser vinculada a mais de um condutor, para cada motocicleta de sua frota.

Parágrafo único. A licença será concedida em nome da pessoa jurídica credenciada, em caráter intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

Art. 13. Para obter a licença de operação a pessoa jurídica credenciada deverá apresentar apólice de seguro de vida invalidez, em favor do condutor, com coberturas não inferiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 14. Ao condutor autônomo, devidamente inscrito no Cadastro Municipal de Condutores, será concedida apenas uma licença, desde que cumpridas as seguintes exigências:

- I** - apresentar motocicleta;
- II** - estar em situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- III** - apresentar apólice de seguro de vida no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo único. A licença será concedida em nome do condutor autônomo cadastrado, em caráter intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

Art. 15. A renovação da licença para operação da motocicleta deverá ser solicitada anualmente, em época determinada pela

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	DATA	SINALETA
5718	59	1188

Secretaria Municipal de Transportes, e só será concedida mediante aprovação em vistoria.

Art. 16. A motocicleta registrada na licença de operação poderá ser substituída, desde que aprovada em vistoria específica.

Art. 17. Não será expedida a licença para operação do serviço se houver, em nome do interessado, débito tributário relativo à atividade ou em nome do veículo débitos de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Licenciamento, até que se comprove o pagamento dos débitos correspondentes.

Art. 18. Quando afastado do serviço por inatividade atestada em documento hábil, o condutor autônomo poderá registrar preposto devidamente inscrito no CONDUMOTO, pelo tempo que perdurar a incapacidade.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS E DOS CONDUTORES CADASTRADOS

Art. 19. As empresas credenciadas e os condutores cadastrados deverão respeitar as disposições legais Federais, Estaduais e Municipais pertinentes, especialmente:

I - cumprir o disposto no Código de Trânsito Brasileiro;

II - transportar carga somente em condições e limites de quantidade, peso e dimensões aprovados em legislação pertinente;

III - conduzir a motocicleta com os equipamentos de segurança e dispositivo de controle aprovados e exigidos em legislação específica;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	NUMERO
5718	60	AR

IV - portar os documentos originais válidos que autorizem o serviço;

V - agir com respeito e urbanidade nas relações interpessoais da atividade;

VI - comparecer às convocações feitas pela Administração Pública, bem como aos cursos de orientação exigidos;

VII - estacionar a motocicleta sempre em local adequado e permitido;

VIII - manter a motocicleta em boas condições de tráfego;

IX - fornecer à Secretaria Municipal de Transportes todas as informações que forem solicitadas sobre as atividades exercidas;

X - comunicar à Secretaria Municipal de Transportes quaisquer alterações contratuais, do estatuto, de endereço;

XI - atender a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

XII - utilizar capacete e colete com identificação do condutor ou da empresa.

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 20. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, bem como dos demais dispositivos normativos expedidos para sua regulamentação, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão do Termo de Credenciamento;

III - suspensão da Inscrição no Cadastro de Condutores;

IV - suspensão da Licença para Operação do Serviço;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	DATA	SINALETA
5718	61	ACB

- V** - cassação do Termo de Credenciamento;
- VI** - cassação na Inscrição no Cadastro de Condutores;
- VII** - cassação da Licença para Operação do Serviço.

Art. 21. Às pessoas jurídicas credenciadas e aos condutores do serviço de moto frete e motoboy serão aplicadas penalidades em razão das informações classificadas nos Grupos A, B, C e D, conforme segue:

I - infrações do Grupo A:

- a)** não se trajar adequadamente;
- b)** não tratar o público com polidez e urbanidade;
- c)** não apresentar na motocicleta e no colete os elementos de identificação ou orientação exigidos pela Secretaria Municipal de Transportes;
- d)** deixar de comunicar à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo de 30 (trinta) dias, a alteração de endereço da sede social da pessoa jurídica credenciada ou de residência do condutor cadastrado ou fornecê-lo erroneamente;
- e)** conduzir a motocicleta sem um ou mais equipamentos de segurança e/ou dispositivo de controle, exigidos em legislação específica ou em regulamentação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;
- f)** deixar de atender a convocação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;

g) transportar passageiro;

II - infrações do Grupo B:

- a)** utilizar, no serviço, motocicleta com equipamentos que não sejam aprovados pela Secretaria Municipal de Transportes;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROPOSTA	DATA	SINOPSE
5718	62	

b) conduzir a motocicleta com a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou com a Licença para Operação do Serviço vencidas;

c) utilizar a motocicleta para fins não autorizados;

d) recusar-se a exibir à fiscalização os documentos que forem exigidos ou evadir-se quando por ela abordado;

e) transitar sem a Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;

f) transitar sem Licença para Operação do Serviço;

g) transitar com intimação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes com prazo vencido;

III - infrações do Grupo C:

a) permitir que condutor não registrado como preposto conduza a motocicleta;

b) transitar com a motocicleta em más condições de segurança;

c) ostentar qualquer tipo de propaganda não autorizada pela Prefeitura;

d) alterar, danificar ou rasurar documento ou informação entregue à Prefeitura;

IV - infrações de Grupo D:

a) efetuar transporte remunerado sem que a motocicleta esteja devidamente autorizada para esse fim;

Art. 22. As penalidades de natureza pecuniária e as demais previstas nesta Lei são aplicáveis aos serviços de MotoFrete e Motoboy.

Art. 23. A penalidade de suspensão do Termo de Credenciamento, da Licença para Operação do Serviço ou da Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO acarretará a retenção do respectivo documento durante o prazo de sua duração.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESO	FOLHA	SINALETA
5718	63	AGF

Art. 24. A aplicação das penalidades será procedida pela fiscalização, exercida por servidores devidamente credenciados pelo Diretor do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes, cabendo ao Secretário Municipal de Transportes ou à comissão especialmente designada para esse fim decidir em grau de recurso.

§ 1º. Os recursos deverão ser oferecidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação feita diretamente ao infrator, ou por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada para o infrator no endereço informado no cadastro municipal.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Transportes poderá criar mais de uma comissão para decidir em grau de recurso, composta, cada uma, por 03 (três) membros na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

Art. 25. Além das penalidades previstas na legislação específica vigente e nesta Lei, fica instituído o Prontuário de Avaliação de Desempenho do Condutor, no qual serão anotadas e receberão a pontuação correspondente às infrações cometidas pelos operadores ou condutores de moto frete.

§ 1º. A pontuação será atribuída a toda infração de acordo com os grupos em que estão classificadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	Nº	DATA
5718	64	18/08

§ 2º. A pontuação será cumulativa e os pontos atribuídos a cada infração cometida prescreverão nos seguintes prazos:

I - infração do Grupo A e do Grupo B: 01 (um) ano;

II - infração do Grupo C: 02 (dois) anos;

III - infração do Grupo D: 03 (três) anos.

§ 3º. O condutor, ao atingir os limites de 50 (cinquenta) e de 100 (cem) pontos, será submetido à Comissão de Avaliação de Desempenho do Condutor, composta por 03 (três) membros, na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

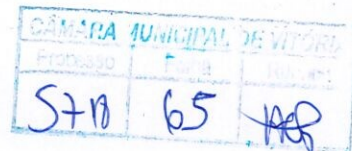
III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

§ 4º. Atingido o limite de 50 (cinquenta) pontos, a Comissão analisará o histórico das infrações do condutor e proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada, a pena de advertência ou suspensão de 05 (cinco) dias.

§ 5º. Atingido o limite de 100 (cem) pontos, o documento de autorização da atividade ou de cadastramento do veículo respectivo será suspenso preventivamente, por 15 (quinze) dias, e a Comissão, analisando o histórico das infrações, proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada:

I - a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, prazo do qual deverá ser descontado o período de suspensão preventiva ou;

II - a cassação da Licença de Operação de Serviço, da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou do Termo de Credenciamento, conforme o caso.



Art. 26. A prática das infrações arroladas no artigo 22 acarretará a imposição das penalidades previstas no artigo 21, ambos desta Lei, na forma a seguir especificada:

I - Grupo A: multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais); na reincidência, multa em dobro e anotação de 05 (cinco) pontos no prontuário do condutor;

II - Grupo B: multa no valor de R\$ 20,00 (vintes reais) e anotação de 05 (cinco) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 05 (cinco) dias e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor;

III - Grupo C: multa no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 20 (vinte) dias e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor;

IV - Grupo D: multa no valor de R\$ 90,00 (noventa reais) e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 40 (quarenta) dias e anotação de 40 (quarenta) pontos no prontuário do condutor.

Art. 27. As infrações aos dispositivos desta Lei não enquadradas expressamente nos Grupos estabelecidos no artigo 22 serão classificadas no Grupo A.

Art. 28. A Prefeitura poderá cassar a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO, a Licença para Operação do Serviço e o Termo de Credenciamento, sem indenização ao permissionário, em especial quando:

I - executar o serviço de moto frete durante o prazo de duração da pena de suspensão;

II - utilizar o veículo para prática de crime;

III - for comprovado que o condutor dirigia em estado de embriaguez alcoólica ou sob o efeito de substância tóxica após 02 (duas) suspensões pelo mesmo motivo.

A large, stylized handwritten signature or mark at the bottom right of the page.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Fls.	Assinatura
5718	66	ACR

Parágrafo único. A cassação prevista neste artigo será tratada em processo administrativo especialmente autuado para este fim, assegurado o amplo direito de defesa ao infrator, que deverá ser notificado pessoalmente ou por publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 29. Independentemente da imposição das penalidades previstas nesta Lei, a Prefeitura poderá reter, remover e apreender motocicletas, com vistas ao cumprimento das disposições contidas na Lei nº 12.009/2009 e demais atos expedidos para sua regulamentação.

§ 1º. O preço da operação de remoção de veículos prevista neste artigo será o constante da Tabela integrante na tabela do DETRAN/ES.

§ 2º. Decorridos 90 (noventa) dias da apreensão, as motocicletas não liberadas poderão ser leiloadas em conformidade com o estabelecido na legislação vigente aplicada à espécie.

Art. 30. A remoção da motocicleta dar-se-á quando de seu abandono na via pública para impossibilitar a ação da fiscalização.

Art. 31. A retenção do veículo dar-se-á quando:

I - o condutor deixar de portar ou exibir à autoridade competente ou a seus agentes os documentos exigidos pela Lei que disciplina o serviço e demais atos expedidos para sua regulamentação;

II - a motocicleta transitar:

a) produzindo fumaça inadequada;



b) com defeito ou inexistência de qualquer dos equipamentos obrigatórios;

c) com deficiência de freios;

d) usando combustível não autorizado.

Art. 32. A apreensão da motocicleta dar-se-á quando:

I - ordenada judicialmente;

II - o condutor:

a) for encontrado em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza;

b) não estiver devidamente autorizado a operar o serviço de MotoFrete;

III - a motocicleta:

a) transitar sem nova vistoria, depois de reparo em consequência de acidente grave ou má conservação;

b) transitar em mau estado de conservação e segurança;

c) tiver característica alterada sem a competente autorização;

d) tiver a placa de identificação falsificada.

Art. 33. A responsabilidade pelo pagamento das multas impostas ou pelos preços da remoção e estadia das motocicletas apreendidas caberá às pessoas jurídicas credenciadas ou aos condutores cadastrados, conforme o caso.

Art. 34. Aos condutores de MotoFrete não cadastrados na Secretaria Municipal de Transportes é vedada a captação de serviço no Município de Vitória, sendo permitida apenas a entrega de malotes ou pequenas cargas originárias de outros Municípios ou quando as

A large, stylized handwritten signature in blue ink, located at the bottom center of the page.



pessoas jurídicas estejam cadastrados em outros Municípios integrantes do Estado do Espírito Santo.

Art. 35. A Secretaria Municipal de Transportes exercerá a fiscalização e procederá a vistorias ou diligências com vistas ao cumprimento das disposições desta Lei.

Art. 36. A fim de cuidar de assuntos relacionados com o serviço definido nesta lei, a pessoa jurídica deverá indicar representante devidamente credenciado na Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 37. Poderão ser firmados convênios com órgãos de trânsito da União, Estado e Municípios visando o aprimoramento da fiscalização do serviço de que trata esta lei.

Art. 38. Qualquer documento cuja expedição seja requerida para os fins tratados nesta lei será arquivado ou cancelado sempre que o interessado não o retirar em 30 (trinta) dias, contados da data do deferimento.

Parágrafo único. Decorridos 30 (trinta) dias da data do cancelamento ou arquivamento, o documento caducará automaticamente, devendo o interessado iniciar novo procedimento para a retirada de nova documentação.

Art. 39. A pessoa jurídica ou o condutor autônomo que tiverem cassados, respectivamente, o Termo de Credenciamento, a Licença de Operação do Serviço ou a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO somente poderão pleitear novas autorizações decorridos 01 (um) ano da aplicação da penalidade.

A large, stylized handwritten signature in black ink, located at the bottom center of the page.

DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 40. As pessoas jurídicas e condutores autônomos ficam sujeitos ao pagamento dos seguintes preços públicos, que serão atualizados ao final de cada exercício, por decreto específico.

I - expedição e renovação de Termo de Credenciamento da Pessoa Jurídica;

II - expedição e renovação da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;

III - expedição e renovação de Licença de Operação de Serviço;

IV - registro e baixa de preposto;

V - substituição de motocicleta registrada na Licença de Operação do Serviço;

VI - vistoria da motocicleta, a ser pago a cada ano, o valor que será cobrado na Secretaria Municipal de Transportes ou nos Organismos de Inspeção Credenciados.

Parágrafo único. Aos preços públicos mencionados nos incisos deste artigo, serão acrescidos aqueles fixados para autuação de processo administrativo e aqueles estabelecidos para as despesas bancárias.

Art. 41. Os valores das multas previstas nesta Lei serão atualizados conforme índices de correção adotados pela Prefeitura.

Art. 42. As pessoas jurídicas, condutores e veículos já credenciados na Secretaria Municipal de Transportes para prestação do serviço, terão seus documentos reconhecidos até o vencimento de seu prazo de validade, quando então deverão proceder à renovação conforme determina esta Lei.

A large, stylized handwritten mark or signature, possibly a stylized 'E' or a similar character, located at the bottom right of the page.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Data
5718	70	10/12/13

Art. 43. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 44. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Attílio Vivácqua, 09 de dezembro de 2013.

Fabício Gandine Aquino
PRESIDENTE

Proc. Nº 5718/2013- CMV
/rca.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	71	Ass
5718	71	Ass

LEI Nº 8.576

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado Motofrete no âmbito do Município de Vitória e dá outras providências.

Art. 1º. O serviço de entrega e coleta de pequenas cargas por meio de motocicletas nos Municípios do Estado do Espírito Santo, denominado Motofrete e Motoboy, a que se refere o artigo 1º da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização das Prefeituras, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. O serviço poderá ser prestado por condutor autônomo, ou por pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, associação ou cooperativa, que explore esse serviço, por meio de frota própria ou de terceiros, desde que tenha licença para operação do serviço e conte com condutores devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal de Vitória.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, denomina-se:

I - autorização - ato pelo qual a Secretaria Municipal de Transportes autorizará a terceiros a execução do serviço de entrega e coleta de pequenas cargas em motocicletas, nos termos e condições estabelecidos nesta Lei;

II - condutor - motociclista inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

III - pessoa jurídica - sociedade empresária, associação ou cooperativa;

IV - termo de credenciamento - documento expedido para a sociedade empresária, associação ou cooperativa, que autorize a exploração do serviço de Motofrete e Motoboy após cumprimento das exigências e condições estabelecidas nesta Lei;

V - condumoto - documento concedido ao condutor inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

VI - licença para operação de serviço - documento expedido em relação às motocicletas utilizadas por condutores autônomos ou pelas pessoas jurídicas após aprovação em vistoria e cumprimento das demais exigências desta Lei;

VII - motofrete - modalidade de transporte remunerado de pequenas cargas ou volumes em motocicleta, com equipamento adequado para acondicionamento de carga, nela instalado para esse fim;

VIII - baú - equipamento para transporte de pequenos volumes, com tampa convexa no lado superior e fixado por suportes metálicos na posição traseira da motocicleta;

IX - colete - colete de proteção aprovado segundo padrões definidos na resolução 356 do CONTRAN, contendo elementos de identificação do condutor ou da empresa;

X - capacete de segurança - capacete automotivo certificado pelo INMETRO.

DO CREDENCIAMENTO DA PESSOA JURÍDICA

Art. 4º. A pessoa jurídica que explorar o serviço de Motofrete, Motoboy ou àquela que se utilizar com motocicleta própria do mesmo serviço será outorgado Termo de Credenciamento, observados os seguintes requisitos:

I - dispor de sede ou filial no Estado do Espírito Santo;

II - estar inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM;

III - estar inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

IV - apresentar contrato social ou ato constitutivo e última alteração, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo;

V - apresentar certidões comprobatórias de regularidade com a Fazenda Federal, expedidas pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como de regularidade com a Fazenda do Município onde tiver sede ou filial, relativamente aos tributos mobiliários e imobiliários, expedidas pelos órgãos competentes da Prefeitura, apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas; apresentar certidão de quitação da contribuição sindical emitida pelo Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Estado do Espírito Santo.

VI - apresentar certidões comprobatórias de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

VII - apresentar certidão negativa de protestos dos últimos 05 (cinco) anos;

VIII - apresentar documentos que comprove fornecimentos dos equipamentos de proteção do Motoboy, capacete, capa de chuva, colete e antena corta pipa, protetor de pernas e motor, bota apropriada para calor e chuva.

Art. 5º. O Termo de Credenciamento deverá ser renovado a cada 02 (dois) anos, mediante a apresentação de documentação comprobatória do atendimento dos requisitos estipulados no artigo 4º desta Lei e outros que poderão ser definidos pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 6º. O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado, a qualquer tempo, em razão de interesse público, mediante processo administrativo, sem que disso decorra qualquer direito a indenização.

Art. 7º. A pessoa jurídica deverá apresentar, trimestralmente, por meio eletrônico, relação de todos os condutores em operação, bem como fornecer outras informações pertinentes à atividade que lhe sejam solicitadas.

Parágrafo único. Sob pena de descredenciamento, deverão ser comunicados à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da ocorrência, os afastamentos e os óbitos dos condutores, decorrentes de acidentes.

DO CADASTRO DO CONDUTOR

Art. 8º. Para operar o serviço de MotoFrete e Motoboy, os condutores deverão estar inscritos no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO da Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 9º. Para a inscrição no Cadastro, os condutores deverão apresentar os seguintes documentos:

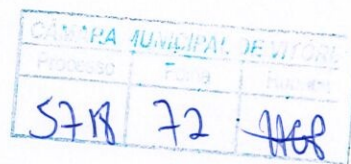
I - Carteira Nacional de Habilitação, categoria A, válida e expedida há pelo menos 2 (dois) anos;

II - prontuário de condutor expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com extrato de pontuação por infrações de trânsito, anotada em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro;

III - certidão de antecedentes criminais;

IV - certificado de conclusão de Curso Especializado de MotoFretista, fornecido por escolas ou entidades reconhecidas pelo DETRAN.

§ 1º. O Curso Especial de Treinamento e Orientação destina-se a propiciar aos condutores o perfeito atendimento e observância das normas de trânsito e das obrigações a



que se refere à Lei 12.009/2009, incluindo conhecimentos julgados convenientes para sua formação profissional.

§ 2º. Será negada a inscrição no Cadastro do condutor que tiver ultrapassado 20 (vinte) pontos no prontuário apresentado em atendimento ao inciso II do deste artigo, até que sejam excluídos pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

§ 3º. Será negada a inscrição no Cadastro se constar dos documentos referidos no inciso III deste artigo, mandado de prisão expedido contra o interessado.

§ 4º. Poderá ser concedido o CONDUMOTO provisório, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias renovável até decisão final, se constar dos documentos previstos no inciso III deste artigo, processo criminal em andamento.

Art. 10. O CONDUMOTO terá validade de 04 (quatro) anos ou até o término do prazo de vigência da Carteira Nacional de Habilitação, caso esse venha a ocorrer antes, devendo ser renovado em, no máximo, 30 (trinta) dias, após seu vencimento, sob pena de cancelamento.

Parágrafo único. Para a renovação do CONDUMOTO deverão ser atendidos todos os requisitos exigidos para sua concessão, previstos no artigo 9º desta Lei.

DA MOTOCICLETA

Art. 11. A motocicleta a ser utilizada no serviço remunerado de MotoFrete e Motoboy deverá ser submetida à prévia aprovação da Secretaria Municipal de Transportes e atender aos seguintes requisitos:

- I** - ser original de fábrica;
- II** - ter no máximo 08 (oito) anos, excluído o ano de fabricação;
- III** - ter cilindrada mínima de 120 (cento e vinte) c.c.;
- IV** - estar identificada nos termos do artigo 117 do Código de Trânsito Brasileiro;
- V** - possuir os equipamentos obrigatórios aplicáveis à modalidade MotoFrete definidos no Código de Trânsito Brasileiro;
- VI** - ser licenciada como veículo de categoria aluguel destinado ao transporte de carga;
- VII** - ser aprovada em vistoria anual, realizada pelo INMETRO ou por empresas por ela credenciadas para esse fim;
- VIII** - ser dotada de compartimento fechado, tipo baú, ou outro equipamento específico para transporte de carga, na forma estabelecida em regulamentação pertinente expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito;
- IX** - ter equipamento de segurança (tipo antena) para proteção da integridade do condutor contra linhas de cerol, fios e cabos aéreos;
- X** - ter equipamento de segurança para proteção de membros inferiores (mata cachorro);
- XI** - possuir fixação superior e inferior na placa de identificação da motocicleta.

DA LICENÇA PARA OPERAÇÃO DA MOTOCICLETA

Art. 12. A pessoa jurídica credenciada deverá requerer à Secretaria Municipal de Transportes a expedição de licença, que poderá ser vinculada a mais de um condutor, para cada motocicleta de sua frota.

Parágrafo único. A licença será concedida em nome da pessoa jurídica credenciada, em caráter intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Assinatura
5718	73	AGS

Art. 13. Para obter a licença de operação a pessoa jurídica credenciada deverá apresentar apólice de seguro de vida invalidez, em favor do condutor, com coberturas não inferiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 14. Ao condutor autônomo, devidamente inscrito no Cadastro Municipal de Condutores, será concedida apenas uma licença, desde que cumpridas as seguintes exigências:

- I** - apresentar motocicleta;
- II** - estar em situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- III** - apresentar apólice de seguro de vida no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo único. A licença será concedida em nome do condutor autônomo cadastrado, em caráter intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

Art. 15. A renovação da licença para operação da motocicleta deverá ser solicitada anualmente, em época determinada pela Secretaria Municipal de Transportes, e só será concedida mediante aprovação em vistoria.

Art. 16. A motocicleta registrada na licença de operação poderá ser substituída, desde que aprovada em vistoria específica.

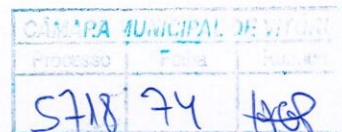
Art. 17. Não será expedida a licença para operação do serviço se houver, em nome do interessado, débito tributário relativo à atividade ou em nome do veículo débitos de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Licenciamento, até que se comprove o pagamento dos débitos correspondentes.

Art. 18. Quando afastado do serviço por inatividade atestada em documento hábil, o condutor autônomo poderá registrar preposto devidamente inscrito no CONDUMOTO, pelo tempo que perdurar a incapacidade.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS E DOS CONDUTORES CADASTRADOS

Art. 19. As empresas credenciadas e os condutores cadastrados deverão respeitar as disposições legais Federais, Estaduais e Municipais pertinentes, especialmente:

- I** - cumprir o disposto no Código de Trânsito Brasileiro;
- II** - transportar carga somente em condições e limites de quantidade, peso e dimensões aprovados em legislação pertinente;
- III** - conduzir a motocicleta com os equipamentos de segurança e dispositivo de controle aprovados e exigidos em legislação específica;
- IV** - portar os documentos originais válidos que autorizem o serviço;
- V** - agir com respeito e urbanidade nas relações interpessoais da atividade;
- VI** - comparecer às convocações feitas pela Administração Pública, bem como aos cursos de orientação exigidos;
- VII** - estacionar a motocicleta sempre em local adequado e permitido;
- VIII** - manter a motocicleta em boas condições de tráfego;
- IX** - fornecer à Secretaria Municipal de Transportes todas as informações que forem solicitadas sobre as atividades exercidas;
- X** - comunicar à Secretaria Municipal de Transportes quaisquer alterações contratuais, do estatuto, de endereço;
- XI** - atender a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;



A large, stylized handwritten mark or signature in blue ink, located at the bottom right of the page.

XII - utilizar capacete e colete com identificação do condutor ou da empresa.

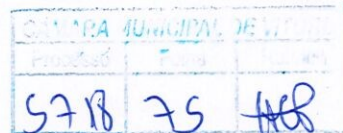
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 20. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, bem como dos demais dispositivos normativos expedidos para sua regulamentação, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

- I** - multa;
- II** - suspensão do Termo de Credenciamento;
- III** - suspensão da Inscrição no Cadastro de Condutores;
- IV** - suspensão da Licença para Operação do Serviço;
- V** - cassação do Termo de Credenciamento;
- VI** - cassação na Inscrição no Cadastro de Condutores;
- VII** - cassação da Licença para Operação do Serviço.

Art. 21. Às pessoas jurídicas credenciadas e aos condutores do serviço de moto frete e motoboy serão aplicadas penalidades em razão das informações classificadas nos Grupos A, B, C e D, conforme segue:

- I** - infrações do Grupo A:
 - a)** não se trajar adequadamente;
 - b)** não tratar o público com polidez e urbanidade;
 - c)** não apresentar na motocicleta e no colete os elementos de identificação ou orientação exigidos pela Secretaria Municipal de Transportes;
 - d)** deixar de comunicar à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo de 30 (trinta) dias, a alteração de endereço da sede social da pessoa jurídica credenciada ou de residência do condutor cadastrado ou fornecê-lo erroneamente;
 - e)** conduzir a motocicleta sem um ou mais equipamentos de segurança e/ou dispositivo de controle, exigidos em legislação específica ou em regulamentação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;
 - f)** deixar de atender a convocação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;
 - g)** transportar passageiro;
- II** - infrações do Grupo B:
 - a)** utilizar, no serviço, motocicleta com equipamentos que não sejam aprovados pela Secretaria Municipal de Transportes;
 - b)** conduzir a motocicleta com a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou com a Licença para Operação do Serviço vencidas;
 - c)** utilizar a motocicleta para fins não autorizados;
 - d)** recusar-se a exibir à fiscalização os documentos que forem exigidos ou evadir-se quando por ela abordado;
 - e)** transitar sem a Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;
 - f)** transitar sem Licença para Operação do Serviço;
 - g)** transitar com intimação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes com prazo vencido;
- III** - infrações do Grupo C:
 - a)** permitir que condutor não registrado como preposto conduza a motocicleta;
 - b)** transitar com a motocicleta em más condições de segurança;
 - c)** ostentar qualquer tipo de propaganda não autorizada pela Prefeitura;
 - d)** alterar, danificar ou rasurar documento ou informação entregue à Prefeitura;
- IV** - infrações do Grupo D:



(Handwritten mark)

a) efetuar transporte remunerado sem que a motocicleta esteja devidamente autorizada para esse fim;

Art. 22. As penalidades de natureza pecuniária e as demais previstas nesta Lei são aplicáveis aos serviços de MotoFrete e Motoboy.

Art. 23. A penalidade de suspensão do Termo de Credenciamento, da Licença para Operação do Serviço ou da Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO acarretará a retenção do respectivo documento durante o prazo de sua duração.

Art. 24. A aplicação das penalidades será procedida pela fiscalização, exercida por servidores devidamente credenciados pelo Diretor do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes, cabendo ao Secretário Municipal de Transportes ou à comissão especialmente designada para esse fim decidir em grau de recurso.

§ 1º. Os recursos deverão ser oferecidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação feita diretamente ao infrator, ou por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada para o infrator no endereço informado no cadastro municipal.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Transportes poderá criar mais de uma comissão para decidir em grau de recurso, composta, cada uma, por 03 (três) membros na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

Art. 25. Além das penalidades previstas na legislação específica vigente e nesta Lei, fica instituído o Prontuário de Avaliação de Desempenho do Condutor, no qual serão anotadas e receberão a pontuação correspondente às infrações cometidas pelos operadores ou condutores de moto frete.

§ 1º. A pontuação será atribuída a toda infração de acordo com os grupos em que estão classificadas.

§ 2º. A pontuação será cumulativa e os pontos atribuídos a cada infração cometida prescreverão nos seguintes prazos:

I - infração do Grupo A e do Grupo B: 01 (um) ano;

II - infração do Grupo C: 02 (dois) anos;

III - infração do Grupo D: 03 (três) anos.

§ 3º. O condutor, ao atingir os limites de 50 (cinquenta) e de 100 (cem) pontos, será submetido à Comissão de Avaliação de Desempenho do Condutor, composta por 03 (três) membros, na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

§ 4º. Atingido o limite de 50 (cinquenta) pontos, a Comissão analisará o histórico das infrações do condutor e proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada, a pena de advertência ou suspensão de 05 (cinco) dias.

§ 5º. Atingido o limite de 100 (cem) pontos, o documento de autorização da atividade ou de cadastramento do

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	76	ABR

76

veículo respectivo será suspenso preventivamente, por 15 (quinze) dias, e a Comissão, analisando o histórico das infrações, proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada:

I - a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, prazo do qual deverá ser descontado o período de suspensão preventiva ou;

II - a cassação da Licença de Operação de Serviço, da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou do Termo de Credenciamento, conforme o caso.

Art. 26. A prática das infrações arroladas no artigo 22 acarretará a imposição das penalidades previstas no artigo 21, ambos desta Lei, na forma a seguir especificada:

I - Grupo A: multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais); na reincidência, multa em dobro e anotação de 05 (cinco) pontos no prontuário do condutor;

II - Grupo B: multa no valor de R\$ 20,00 (vintes reais) e anotação de 05 (cinco) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 05 (cinco) dias e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor;

III - Grupo C: multa no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 20 (vinte) dias e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor;

IV - Grupo D: multa no valor de R\$ 90,00 (noventa reais) e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 40 (quarenta) dias e anotação de 40 (quarenta) pontos no prontuário do condutor.

Art. 27. As infrações aos dispositivos desta Lei não enquadradas expressamente nos Grupos estabelecidos no artigo 22 serão classificadas no Grupo A.

Art. 28. A Prefeitura poderá cassar a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO, a Licença para Operação do Serviço e o Termo de Credenciamento, sem indenização ao permissionário, em especial quando:

I - executar o serviço de moto frete durante o prazo de duração da pena de suspensão;

II - utilizar o veículo para prática de crime;

III - for comprovado que o condutor dirigia em estado de embriaguez alcoólica ou sob o efeito de substância tóxica após 02 (duas) suspensões pelo mesmo motivo.

Parágrafo único. A cassação prevista neste artigo será tratada em processo administrativo especialmente autuado para este fim, assegurado o amplo direito de defesa ao infrator, que deverá ser notificado pessoalmente ou por publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 29. Independentemente da imposição das penalidades previstas nesta Lei, a Prefeitura poderá reter, remover e apreender motocicletas, com vistas ao cumprimento das disposições contidas na Lei nº 12.009/2009 e demais atos expedidos para sua regulamentação.

§ 1º. O preço da operação de remoção de veículos prevista neste artigo será o constante da Tabela integrante na tabela do DETRAN/ES.

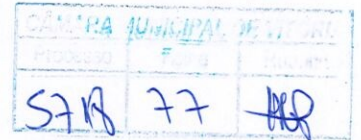
§ 2º. Decorridos 90 (noventa) dias da apreensão, as motocicletas não liberadas poderão ser leiloadas em conformidade com o estabelecido na legislação vigente aplicada à espécie.

Art. 30. A remoção da motocicleta dar-se-á quando de seu abandono na via pública para impossibilitar a ação da fiscalização.

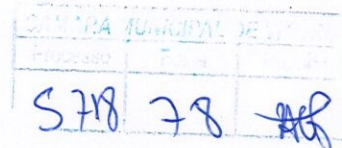
Art. 31. A retenção do veículo dar-se-á quando:

I - o condutor deixar de portar ou exibir à autoridade competente ou a seus agentes os documentos exigidos pela Lei que disciplina o serviço e demais atos expedidos para sua regulamentação;

II - a motocicleta transitar:



- a) produzindo fumaça inadequada;
- b) com defeito ou inexistência de qualquer dos equipamentos obrigatórios;
- c) com deficiência de freios;
- d) usando combustível não autorizado.



Art. 32. A apreensão da motocicleta dar-se-á quando:

- I** - ordenada judicialmente;
- II** - o condutor:
 - a) for encontrado em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza;
 - b) não estiver devidamente autorizado a operar o serviço de MotoFrete;
- III** - a motocicleta:
 - a) transitar sem nova vistoria, depois de reparo em consequência de acidente grave ou má conservação;
 - b) transitar em mau estado de conservação e segurança;
 - c) tiver característica alterada sem a competente autorização;
 - d) tiver a placa de identificação falsificada.

Art. 33. A responsabilidade pelo pagamento das multas impostas ou pelos preços da remoção e estadia das motocicletas apreendidas caberá às pessoas jurídicas credenciadas ou aos condutores cadastrados, conforme o caso.

Art. 34. Aos condutores de MotoFrete não cadastrados na Secretaria Municipal de Transportes é vedada a captação de serviço no Município de Vitória, sendo permitida apenas a entrega de malotes ou pequenas cargas originárias de outros Municípios ou quando as pessoas jurídicas estejam cadastrados em outros Municípios integrantes do Estado do Espírito Santo.

Art. 35. A Secretaria Municipal de Transportes exercerá a fiscalização e procederá a vistorias ou diligências com vistas ao cumprimento das disposições desta Lei.

Art. 36. A fim de cuidar de assuntos relacionados com o serviço definido nesta lei, a pessoa jurídica deverá indicar representante devidamente credenciado na Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 37. Poderão ser firmados convênios com órgãos de trânsito da União, Estado e Municípios visando o aprimoramento da fiscalização do serviço de que trata esta lei.

Art. 38. Qualquer documento cuja expedição seja requerida para os fins tratados nesta lei será arquivado ou cancelado sempre que o interessado não o retirar em 30 (trinta) dias, contados da data do deferimento.

Parágrafo único. Decorridos 30 (trinta) dias da data do cancelamento ou arquivamento, o documento caducará automaticamente, devendo o interessado iniciar novo procedimento para a retirada de nova documentação.

Art. 39. A pessoa jurídica ou o condutor autônomo que tiverem cassados, respectivamente, o Termo de Credenciamento, a Licença de Operação do Serviço ou a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO somente poderão pleitear novas autorizações decorridos 01 (um) ano da aplicação da penalidade.

DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 40. As pessoas jurídicas e condutores autônomos ficam sujeitos ao pagamento dos seguintes preços públicos, que serão atualizados ao final de cada exercício, por decreto específico.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	PÁGINA
5748	79	18

I - expedição e renovação de Termo de Credenciamento da Pessoa Jurídica;

II - expedição e renovação da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;

III - expedição e renovação de Licença de Operação de Serviço;

IV - registro e baixa de preposto;

V - substituição de motocicleta registrada na Licença de Operação do Serviço;

VI - vistoria da motocicleta, a ser pago a cada ano, o valor que será cobrado na Secretaria Municipal de Transportes ou nos Organismos de Inspeção Credenciados.

Parágrafo único. Aos preços públicos mencionados nos incisos deste artigo, serão acrescidos aqueles fixados para autuação de processo administrativo e aqueles estabelecidos para as despesas bancárias.

Art. 41. Os valores das multas previstas nesta Lei serão atualizados conforme índices de correção adotados pela Prefeitura.

Art. 42. As pessoas jurídicas, condutores e veículos já credenciados na Secretaria Municipal de Transportes para prestação do serviço, terão seus documentos reconhecidos até o vencimento de seu prazo de validade, quando então deverão proceder à renovação conforme determina esta Lei.

Art. 43. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 44. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 09 de dezembro de 2013.

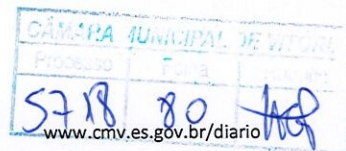
Fabício Gandine Aquino
PRESIDENTE



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Vitória (ES), Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013



I-.....

II-.....

III-.....

IV-.....

V-.....

VI-.....

VII-.....

VIII - um representante da Câmara Municipal de Vitória.”(NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 06 de dezembro de 2013.

Fabício Gandine Aquino

PRESIDENTE DA CÂMARA

LEI Nº 8.575

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile.

Art. 1º. Fica assegurado à pessoa com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, o carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile.

Art. 2º. Para recebimento do carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile a pessoa com deficiência visual, deverá solicitar ao Poder Executivo, apresentando cópia da carteira de identidade e CPF (Cadastro de Pessoa Física).

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 09 de dezembro de 2013.

Fabício Gandine Aquino

PRESIDENTE

LEI Nº 8.576

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do

Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado Motofrete no âmbito do Município de Vitória e dá outras providências.

Art. 1º. O serviço de entrega e coleta de pequenas cargas por meio de motocicletas nos Municípios do Estado do Espírito Santo, denominado Motofrete e Motoboy, a que se refere o artigo 1º da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização das Prefeituras, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. O serviço poderá ser prestado por condutor autônomo, ou por pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, associação ou cooperativa, que explore esse serviço, por meio de frota própria ou de terceiros, desde que tenha licença para operação do serviço e conte com condutores devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal de Vitória.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, denomina-se:

I - autorização - ato pelo qual a Secretaria Municipal de Transportes autorizará a terceiros a execução do serviço de entrega e coleta de pequenas cargas em motocicletas, nos termos e condições estabelecidos nesta Lei;

II - condutor - motociclista inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

III - pessoa jurídica - sociedade empresária, associação ou cooperativa;

IV - termo de credenciamento - documento expedido para a sociedade empresária, associação ou cooperativa, que autorize a exploração do serviço de Motofrete e Motoboy após cumprimento das exigências e condições estabelecidas nesta Lei;

V - condumoto - documento concedido ao condutor inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

VI - licença para operação de serviço - documento expedido em relação às motocicletas utilizadas por condutores autônomos ou pelas pessoas jurídicas após aprovação em vistoria e cumprimento das demais exigências desta Lei;

VII - motofrete - modalidade de transporte remunerado de pequenas cargas ou volumes em motocicleta, com equipamento adequado para acondicionamento de carga, nela instalado para esse fim;



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Vitória (ES), Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013



VIII - baú - equipamento para transporte de pequenos volumes, com tampa convexa no lado superior e fixado por suportes metálicos na posição traseira da motocicleta;

IX - colete - colete de proteção aprovado segundo padrões definidos na resolução 356 do CONTRAN, contendo elementos de identificação do condutor ou da empresa;

X - capacete de segurança - capacete automotivo certificado pelo INMETRO.

DO CREDENCIAMENTO DA PESSOA JURÍDICA

Art. 4º. A pessoa jurídica que explorar o serviço de Motofrete, Motoboy ou àquela que se utilizar com motocicleta própria do mesmo serviço será outorgado Termo de Credenciamento, observados os seguintes requisitos:

I - dispor de sede ou filial no Estado do Espírito Santo;

II - estar inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM;

III - estar inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

IV - apresentar contrato social ou ato constitutivo e última alteração, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo;

V - apresentar certidões comprobatórias de regularidade com a Fazenda Federal, expedidas pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como de regularidade com a Fazenda do Município onde tiver sede ou filial, relativamente aos tributos mobiliários e imobiliários, expedidas pelos órgãos competentes da Prefeitura, apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas; apresentar certidão de quitação da contribuição sindical emitida pelo Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Estado do Espírito Santo.

VI - apresentar certidões comprobatórias de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

VII - apresentar certidão negativa de protestos dos últimos 05 (cinco) anos;

VIII - apresentar documentos que comprove fornecimentos dos equipamentos de proteção do Motoboy, capacete, capa de chuva, colete e antena corta pipa, protetor de pernas e motor, bota apropriada para calor e chuva.

Art. 5º. O Termo de Credenciamento deverá ser renovado a cada 02 (dois) anos, mediante a apresentação de

documentação comprobatória do atendimento dos requisitos estipulados no artigo 4º desta Lei e outros que poderão ser definidos pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 6º. O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado, a qualquer tempo, em razão de interesse público, mediante processo administrativo, sem que disso decorra qualquer direito a indenização.

Art. 7º. A pessoa jurídica deverá apresentar, trimestralmente, por meio eletrônico, relação de todos os condutores em operação, bem como fornecer outras informações pertinentes à atividade que lhe sejam solicitadas.

Parágrafo único. Sob pena de descredenciamento, deverão ser comunicados à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da ocorrência, os afastamentos e os óbitos dos condutores, decorrentes de acidentes.

DO CADASTRO DO CONDUTOR

Art. 8º. Para operar o serviço de MotoFrete e Motoboy, os condutores deverão estar inscritos no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO da Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 9º. Para a inscrição no Cadastro, os condutores deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Carteira Nacional de Habilitação, categoria A, válida e expedida há pelo menos 2 (dois) anos;

II - prontuário de condutor expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com extrato de pontuação por infrações de trânsito, anotada em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro;

III - certidão de antecedentes criminais;

IV - certificado de conclusão de Curso Especializado de MotoFretista, fornecido por escolas ou entidades reconhecidas pelo DETRAN.

§ 1º. O Curso Especial de Treinamento e Orientação destina-se a propiciar aos condutores o perfeito atendimento e observância das normas de trânsito e das obrigações a que se refere à Lei 12.009/2009, incluindo conhecimentos julgados convenientes para sua formação profissional.

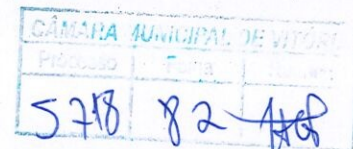
§ 2º. Será negada a inscrição no Cadastro do condutor que tiver ultrapassado 20 (vinte) pontos no prontuário apresentado em atendimento ao inciso II do deste artigo, até que sejam excluídos pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Vitória (ES), Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013



www.cmv.es.gov.br/diario

§ 3º. Será negada a inscrição no Cadastro se constar dos documentos referidos no inciso III deste artigo, mandado de prisão expedido contra o interessado.

§ 4º. Poderá ser concedido o CONDUMOTO provisório, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias renovável até decisão final, se constar dos documentos previstos no inciso III deste artigo, processo criminal em andamento.

Art. 10. O CONDUMOTO terá validade de 04 (quatro) anos ou até o término do prazo de vigência da Carteira Nacional de Habilitação, caso esse venha a ocorrer antes, devendo ser renovado em, no máximo, 30 (trinta) dias, após seu vencimento, sob pena de cancelamento.

Parágrafo único. Para a renovação do CONDUMOTO deverão ser atendidos todos os requisitos exigidos para sua concessão, previstos no artigo 9º desta Lei.

DA MOTOCICLETA

Art. 11. A motocicleta a ser utilizada no serviço remunerado de MotoFrete e Motoboy deverá ser submetida à prévia aprovação da Secretaria Municipal de Transportes e atender aos seguintes requisitos:

I - ser original de fábrica;

II - ter no máximo 08 (oito) anos, excluído o ano de fabricação;

III - ter cilindrada mínima de 120 (cento e vinte) c.c.;

IV - estar identificada nos termos do artigo 117 do Código de Trânsito Brasileiro;

V - possuir os equipamentos obrigatórios aplicáveis à modalidade MotoFrete definidos no Código de Trânsito Brasileiro;

VI - ser licenciada como veículo de categoria aluguel destinado ao transporte de carga;

VII - ser aprovada em vistoria anual, realizada pelo INMETRO ou por empresas por ela credenciadas para esse fim;

VIII - ser dotada de compartimento fechado, tipo baú, ou outro equipamento específico para transporte de carga, na forma estabelecida em regulamentação pertinente expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito;

IX - ter equipamento de segurança (tipo antena) para proteção da integridade do condutor contra linhas de cerol, fios e cabos aéreos;

X - ter equipamento de segurança para proteção de membros inferiores (mata cachorro);

XI - possuir fixação superior e inferior na placa de identificação da motocicleta.

DA LICENÇA PARA OPERAÇÃO DA MOTOCICLETA

Art. 12. A pessoa jurídica credenciada deverá requerer à Secretaria Municipal de Transportes a expedição de licença, que poderá ser vinculada a mais de um condutor, para cada motocicleta de sua frota.

Parágrafo único. A licença será concedida em nome da pessoa jurídica credenciada, em caráter intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

Art. 13. Para obter a licença de operação a pessoa jurídica credenciada deverá apresentar apólice de seguro de vida invalidez, em favor do condutor, com coberturas não inferiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 14. Ao condutor autônomo, devidamente inscrito no Cadastro Municipal de Condutores, será concedida apenas uma licença, desde que cumpridas as seguintes exigências:

I - apresentar motocicleta;

II - estar em situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

III - apresentar apólice de seguro de vida no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo único. A licença será concedida em nome do condutor autônomo cadastrado, em caráter intransferível, devendo ser devolvida à Secretaria Municipal de Transportes quando não houver mais interesse na sua utilização.

Art. 15. A renovação da licença para operação da motocicleta deverá ser solicitada anualmente, em época determinada pela Secretaria Municipal de Transportes, e só será concedida mediante aprovação em vistoria.

Art. 16. A motocicleta registrada na licença de operação poderá ser substituída, desde que aprovada em vistoria específica.

Art. 17. Não será expedida a licença para operação do serviço se houver, em nome do interessado, débito tributário relativo à atividade ou em nome do veículo débitos de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Licenciamento, até que se comprove o pagamento dos débitos correspondentes.

Art. 18. Quando afastado do serviço por inatividade atestada em documento hábil, o condutor autônomo



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Vitória (ES), Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013



poderá registrar preposto devidamente inscrito no CONDUMOTO, pelo tempo que perdurar a incapacidade.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS E DOS CONDUTORES CADASTRADOS

Art. 19. As empresas credenciadas e os condutores cadastrados deverão respeitar as disposições legais Federais, Estaduais e Municipais pertinentes, especialmente:

I - cumprir o disposto no Código de Trânsito Brasileiro;

II - transportar carga somente em condições e limites de quantidade, peso e dimensões aprovados em legislação pertinente;

III - conduzir a motocicleta com os equipamentos de segurança e dispositivo de controle aprovados e exigidos em legislação específica;

IV - portar os documentos originais válidos que autorizem o serviço;

V - agir com respeito e urbanidade nas relações interpessoais da atividade;

VI - comparecer às convocações feitas pela Administração Pública, bem como aos cursos de orientação exigidos;

VII - estacionar a motocicleta sempre em local adequado e permitido;

VIII - manter a motocicleta em boas condições de tráfego;

IX - fornecer à Secretaria Municipal de Transportes todas as informações que forem solicitadas sobre as atividades exercidas;

X - comunicar à Secretaria Municipal de Transportes quaisquer alterações contratuais, do estatuto, de endereço;

XI - atender a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

XII - utilizar capacete e colete com identificação do condutor ou da empresa.

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 20. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, bem como dos demais dispositivos normativos expedidos para sua regulamentação, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão do Termo de Credenciamento;

III - suspensão da Inscrição no Cadastro de Condutores;

IV - suspensão da Licença para Operação do Serviço;

V - cassação do Termo de Credenciamento;

VI - cassação na Inscrição no Cadastro de Condutores;

VII - cassação da Licença para Operação do Serviço.

Art. 21. Às pessoas jurídicas credenciadas e aos condutores do serviço de moto frete e motoboy serão aplicadas penalidades em razão das informações classificadas nos Grupos A, B, C e D, conforme segue:

I - infrações do Grupo A:

a) não se trajar adequadamente;

b) não tratar o público com polidez e urbanidade;

c) não apresentar na motocicleta e no colete os elementos de identificação ou orientação exigidos pela Secretaria Municipal de Transportes;

d) deixar de comunicar à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo de 30 (trinta) dias, a alteração de endereço da sede social da pessoa jurídica credenciada ou de residência do condutor cadastrado ou fornecê-lo erroneamente;

e) conduzir a motocicleta sem um ou mais equipamentos de segurança e/ou dispositivo de controle, exigidos em legislação específica ou em regulamentação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;

f) deixar de atender a convocação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes;

g) transportar passageiro;

II - infrações do Grupo B:

a) utilizar, no serviço, motocicleta com equipamentos que não sejam aprovados pela Secretaria Municipal de Transportes;

b) conduzir a motocicleta com a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou com a Licença para Operação do Serviço vencidas;

c) utilizar a motocicleta para fins não autorizados;

d) recusar-se a exibir à fiscalização os documentos que forem exigidos ou evadir-se quando por ela abordado;

e) transitar sem a Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Vitória (ES), Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013



f) transitar sem Licença para Operação do Serviço;

g) transitar com intimação expedida pela Secretaria Municipal de Transportes com prazo vencido;

III - infrações do Grupo C:

a) permitir que condutor não registrado como preposto conduza a motocicleta;

b) transitar com a motocicleta em más condições de segurança;

c) ostentar qualquer tipo de propaganda não autorizada pela Prefeitura;

d) alterar, danificar ou rasurar documento ou informação entregue à Prefeitura;

IV - infrações de Grupo D:

a) efetuar transporte remunerado sem que a motocicleta esteja devidamente autorizada para esse fim;

Art. 22. As penalidades de natureza pecuniária e as demais previstas nesta Lei são aplicáveis aos serviços de MotoFrete e Motoboy.

Art. 23. A penalidade de suspensão do Termo de Credenciamento, da Licença para Operação do Serviço ou da Inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO acarretará a retenção do respectivo documento durante o prazo de sua duração.

Art. 24. A aplicação das penalidades será procedida pela fiscalização, exercida por servidores devidamente credenciados pelo Diretor do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes, cabendo ao Secretário Municipal de Transportes ou à comissão especialmente designada para esse fim decidir em grau de recurso.

§ 1º. Os recursos deverão ser oferecidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação feita diretamente ao infrator, ou por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada para o infrator no endereço informado no cadastro municipal.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Transportes poderá criar mais de uma comissão para decidir em grau de recurso, composta, cada uma, por 03 (três) membros na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

Art. 25. Além das penalidades previstas na legislação específica vigente e nesta Lei, fica instituído o Prontuário de Avaliação de Desempenho do Condutor, no qual serão anotadas e receberão a pontuação correspondente às infrações cometidas pelos operadores ou condutores de moto frete.

§ 1º. A pontuação será atribuída a toda infração de acordo com os grupos em que estão classificadas.

§ 2º. A pontuação será cumulativa e os pontos atribuídos a cada infração cometida prescreverão nos seguintes prazos:

I - infração do Grupo A e do Grupo B: 01 (um) ano;

II - infração do Grupo C: 02 (dois) anos;

III - infração do Grupo D: 03 (três) anos.

§ 3º. O condutor, ao atingir os limites de 50 (cinquenta) e de 100 (cem) pontos, será submetido à Comissão de Avaliação de Desempenho do Condutor, composta por 03 (três) membros, na seguinte conformidade:

I - um presidente, indicado pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - um representante do Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Transportes;

III - um representante dos condutores, indicado por entidade de classe reconhecida.

§ 4º. Atingido o limite de 50 (cinquenta) pontos, a Comissão analisará o histórico das infrações do condutor e proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada, a pena de advertência ou suspensão de 05 (cinco) dias.

§ 5º. Atingido o limite de 100 (cem) pontos, o documento de autorização da atividade ou de cadastramento do veículo respectivo será suspenso preventivamente, por 15 (quinze) dias, e a Comissão, analisando o histórico das infrações, proporá ao Secretário Municipal de Transportes, ou autoridade por ele designada:

I - a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, prazo do qual deverá ser descontado o período de suspensão preventiva ou;

II - a cassação da Licença de Operação de Serviço, da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO ou do Termo de Credenciamento, conforme o caso.



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Vitória (ES), Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013



Art. 26. A prática das infrações arroladas no artigo 22 acarretará a imposição das penalidades previstas no artigo 21, ambos desta Lei, na forma a seguir especificada:

I - Grupo A: multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais); na reincidência, multa em dobro e anotação de 05 (cinco) pontos no prontuário do condutor;

II - Grupo B: multa no valor de R\$ 20,00 (vintes reais) e anotação de 05 (cinco) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 05 (cinco) dias e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor;

III - Grupo C: multa no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) e anotação de 10 (dez) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 20 (vinte) dias e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor;

IV - Grupo D: multa no valor de R\$ 90,00 (noventa reais) e anotação de 20 (vinte) pontos no prontuário do condutor; na reincidência, multa em dobro, suspensão de 40 (quarenta) dias e anotação de 40 (quarenta) pontos no prontuário do condutor.

Art. 27. As infrações aos dispositivos desta Lei não enquadradas expressamente nos Grupos estabelecidos no artigo 22 serão classificadas no Grupo A.

Art. 28. A Prefeitura poderá cassar a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO, a Licença para Operação do Serviço e o Termo de Credenciamento, sem indenização ao permissionário, em especial quando:

I - executar o serviço de moto frete durante o prazo de duração da pena de suspensão;

II - utilizar o veículo para prática de crime;

III - for comprovado que o condutor dirigia em estado de embriaguez alcoólica ou sob o efeito de substância tóxica após 02 (duas) suspensões pelo mesmo motivo.

Parágrafo único. A cassação prevista neste artigo será tratada em processo administrativo especialmente autuado para este fim, assegurado o amplo direito de defesa ao infrator, que deverá ser notificado pessoalmente ou por publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 29. Independentemente da imposição das penalidades previstas nesta Lei, a Prefeitura poderá reter, remover e apreender motocicletas, com vistas ao cumprimento das disposições contidas na Lei nº 12.009/2009 e demais atos expedidos para sua regulamentação.

§ 1º. O preço da operação de remoção de veículos prevista neste artigo será o constante da Tabela integrante na tabela do DETRAN/ES.

§ 2º. Decorridos 90 (noventa) dias da apreensão, as motocicletas não liberadas poderão ser leiloadas em conformidade com o estabelecido na legislação vigente aplicada à espécie.

Art. 30. A remoção da motocicleta dar-se-á quando de seu abandono na via pública para impossibilitar a ação da fiscalização.

Art. 31. A retenção do veículo dar-se-á quando:

I - o condutor deixar de portar ou exibir à autoridade competente ou a seus agentes os documentos exigidos pela Lei que disciplina o serviço e demais atos expedidos para sua regulamentação;

II - a motocicleta transitar:

a) produzindo fumaça inadequada;

b) com defeito ou inexistência de qualquer dos equipamentos obrigatórios;

c) com deficiência de freios;

d) usando combustível não autorizado.

Art. 32. A apreensão da motocicleta dar-se-á quando:

I - ordenada judicialmente;

II - o condutor:

a) for encontrado em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza;

b) não estiver devidamente autorizado a operar o serviço de MotoFrete;

III - a motocicleta:

a) transitar sem nova vistoria, depois de reparo em consequência de acidente grave ou má conservação;

b) transitar em mau estado de conservação e segurança;

c) tiver característica alterada sem a competente autorização;

d) tiver a placa de identificação falsificada.

Art. 33. A responsabilidade pelo pagamento das multas impostas ou pelos preços da remoção e estadia das motocicletas apreendidas caberá às pessoas jurídicas



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Vitória (ES), Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013



www.cmv.es.gov.br/diario

credenciadas ou aos condutores cadastrados, conforme o caso.

Art. 34. Aos condutores de MotoFrete não cadastrados na Secretaria Municipal de Transportes é vedada a captação de serviço no Município de Vitória, sendo permitida apenas a entrega de malotes ou pequenas cargas originárias de outros Municípios ou quando as pessoas jurídicas estejam cadastrados em outros Municípios integrantes do Estado do Espírito Santo.

Art. 35. A Secretaria Municipal de Transportes exercerá a fiscalização e procederá a vistorias ou diligências com vistas ao cumprimento das disposições desta Lei.

Art. 36. A fim de cuidar de assuntos relacionados com o serviço definido nesta lei, a pessoa jurídica deverá indicar representante devidamente credenciado na Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 37. Poderão ser firmados convênios com órgãos de trânsito da União, Estado e Municípios visando o aprimoramento da fiscalização do serviço de que trata esta lei.

Art. 38. Qualquer documento cuja expedição seja requerida para os fins tratados nesta lei será arquivado ou cancelado sempre que o interessado não o retirar em 30 (trinta) dias, contados da data do deferimento.

Parágrafo único. Decorridos 30 (trinta) dias da data do cancelamento ou arquivamento, o documento caducará automaticamente, devendo o interessado iniciar novo procedimento para a retirada de nova documentação.

Art. 39. A pessoa jurídica ou o condutor autônomo que tiverem cassados, respectivamente, o Termo de Credenciamento, a Licença de Operação do Serviço ou a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO somente poderão pleitear novas autorizações decorridos 01 (um) ano da aplicação da penalidade.

DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 40. As pessoas jurídicas e condutores autônomos ficam sujeitos ao pagamento dos seguintes preços públicos, que serão atualizados ao final de cada exercício, por decreto específico.

I - expedição e renovação de Termo de Credenciamento da Pessoa Jurídica;

II - expedição e renovação da inscrição no Cadastro Municipal de Condutores - CONDUMOTO;

III - expedição e renovação de Licença de Operação de Serviço;

IV - registro e baixa de preposto;

V - substituição de motocicleta registrada na Licença de Operação do Serviço;

VI - vistoria da motocicleta, a ser pago a cada ano, o valor que será cobrado na Secretaria Municipal de Transportes ou nos Organismos de Inspeção Credenciados.

Parágrafo único. Aos preços públicos mencionados nos incisos deste artigo, serão acrescidos aqueles fixados para autuação de processo administrativo e aqueles estabelecidos para as despesas bancárias.

Art. 41. Os valores das multas previstas nesta Lei serão atualizados conforme índices de correção adotados pela Prefeitura.

Art. 42. As pessoas jurídicas, condutores e veículos já credenciados na Secretaria Municipal de Transportes para prestação do serviço, terão seus documentos reconhecidos até o vencimento de seu prazo de validade, quando então deverão proceder à renovação conforme determina esta Lei.

Art. 43. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 44. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 09 de dezembro de 2013.

Fabício Gandine Aquino

PRESIDENTE

LEI Nº 8.577

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Dispõe sobre Lista de Espera de Vagas e Transferência na Rede Municipal de Ensino.

Art. 1º. Fica proibida, a criação ou renovação da lista de espera de vagas e de transferência para alunos de todas as Unidades de Ensino da Rede Municipal de Vitória.

Art. 2º. A cada novo período de cadastramento para a lista de espera de vagas e de transferência para alunos, deverá ser observada a lista anterior vigente, dando continuidade